

# O PT E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

*Vanessa Xavier Nadotti (org.)*

A discussão sobre a constituição de um meio de comunicação democrático está presente no próprio momento de formação e legalização do Partido dos Trabalhadores. Já em 1980, foi criada a Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda do PT, dando continuidade às discussões internas sobre a imprensa partidária, e também sobre a viabilização de veículos de comunicação voltados para os setores populares, que funcionassem como alternativa aos monopólios de comunicação.

Ao longo da década de 1980 e 1990, o PT se insere na luta pela regulação democrática dos meios de comunicação, denunciando as tentativas de manipulação de informações e cobrando por ética na grande imprensa. Em 1988, durante a Constituinte, o partido apresentou propostas que visavam democratizar a produção e difusão de veículos de comunicação, com destaque para os meios eletrônicos, na tentativa de impedir a formação de monopólios. Salientava que rádio e televisão se constituem como serviços de utilidade pública e que, portanto, não poderiam pertencer exclusivamente a poucos grupos.

No programa de governo de 1989, o partido acusava o caráter comercial dos meios de comunicação em detrimento de sua função educativa e cultural. Mostrou que o número de outorgas durante o governo de José Sarney aos grandes grupos econômicos de comunicação, localizados, sobretudo, em São Paulo e no Rio de Janeiro, quase esgotou o número de concessões disponíveis. As propostas de privatização da Telebrás e Embratel agravavam ainda mais o monopólio das concessões das telecomunicações. Este debate se prolongou até o final da década de 1990, já durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mesma tônica foi seguida no programa de governo de 1994, o qual denunciava a concentração de concessões estatais de rádio e TV nas mãos de poucos grupos privados que controlavam a propriedade de emissoras, editoras de jornais, revistas e radiodifusão. Propunha um controle social dos meios de comunicação para regular a iniciativa privada.

Neste quadro de lutas se inserem, no final da década de 1990, esforços pela criação de mecanismos de regulamentação de rádios e redes de TV comunitárias, alternativas aos monopólios de comunicação de massa. Em 1999, durante o II Congresso Nacional, o partido instituiu o Setorial de Co-

municação Comunitária, responsável por elaborar estratégias políticas para disputas de concessões de rádios e TV, com propósito de estimular veículos de comunicação populares.

Na Conferência Nacional de Comunicação, realizada no ano 2000, destaca-se o debate sobre *softwares* abertos nos sistemas de informatização, prosseguindo as discussões sobre a necessidade de incentivo e apoio às rádios e emissoras populares. Nas resoluções do III Congresso Nacional, realizado em 2007, reitera-se o debate sobre a importância da mídia na disputa da opinião pública, tendo em vista os ataques da grande imprensa ao PT, bem como ao ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva durante seu primeiro mandato, e também no processo de reeleição em 2006.

## a) HISTÓRIA CURTA, MAS MOVIMENTADA - 1981

*Como surgiu e se desenvolveu o projeto de criar um jornal oficial nacional do Partido dos Trabalhadores*

“Agora o jornal sai!”

Esse foi o comentário mais ouvido no final da reunião de jornalistas, dia 15 de setembro, na sede do PT em São Paulo. Acabava de ser formada uma comissão para elaborar, no prazo de um mês, um projeto de jornal oficial nacional do Partido dos Trabalhadores. O projeto será apresentado ao Diretório Nacional, que encaminhará sua discussão democrática.

A criação dessa comissão e a reunião que deu origem a ela marcam a terceira fase dos preparativos para que possamos ter, enfim, o nosso jornal.

### **Primeiros passos**

A primeira fase dessa breve história começa em 1979, junto com as primeiras iniciativas para a criação do Partido dos Trabalhadores, quando então já se percebia, também, a necessidade de um jornal dos trabalhadores.

A partir das ideias que se vinham desenvolvendo nos novos movimentos sindicais e populares e a partir do ressurgimento das greves e grandes manifestações, realizou-se o 1º Encontro Nacional do PT, em junho de 1980<sup>1</sup>, em São Paulo.

Uma das decisões desse Encontro é a feitura de um jornal nacional do PT. A Comissão Nacional Provisória eleita procurou executar essa decisão, mas não encontrou de imediato os recursos necessários.

Enquanto isso, em todo o país, vários núcleos de base e algumas comissões municipais e regionais começavam a pôr na rua boletins e pequenos jornais para divulgar suas ideias e suas propostas. De sua parte, por falta de maiores recursos, a direção nacional do PT resolveu lançar um *Boletim Nacional*<sup>2</sup>, publicado pela Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda. O primeiro número desse *Boletim* apareceu em setembro de 1980.

Já nesse primeiro número, o *Boletim* divulgou uma Circular que procurava orientar, no interior do Partido, as discussões em torno das possibilidades de lançamento do jornal nacional, de definição das características do jornal, estabelecimento dos vínculos entre o jornal e o partido, e recursos econômicos e financeiros.

Novamente, dificuldades de organização e de finanças, aliadas à perseguição que a repressão movia contra dirigentes e membros do PT, atrasaram a viabilização da ideia. Pelos mesmos motivos, o *Boletim Nacional* interrompeu sua circulação<sup>3</sup>, só retomada em maio deste ano; com isso, também ficou prejudicada uma discussão mais ampla e sistemática sobre o projeto do jornal.

### **Segunda Fase**

Apesar de tudo, iam-se acumulando, em todo o partido, as reivindicações para que tivéssemos o nosso jornal, capaz de ser a expressão fiel e unitária das posi-

ções que o partido vai assumindo na luta popular e na luta política, e capaz de falar a verdade dos trabalhadores.

Em maio começou o que se poderia chamar de a segunda fase dessa breve história.

Por decisão da Direção Nacional, a Coordenação da Secretaria de Imprensa e Propaganda preparou um documento preliminar contendo o delineamento geral das características que esse jornal poderia ter: um jornal de massas, com informação e análise, destinado tanto aos filiados do PT quanto aos trabalhadores em geral; um jornal com uma estrutura editorial minimamente profissionalizada – através de uma empresa editora – mas subordinada à Direção Nacional do PT.

Mas não foi possível dar ao documento, imediatamente, uma ampla divulgação e discussão: estava em pleno vapor a campanha de filiação, todos os militantes empenhados até a raiz dos cabelos nas tarefas de constituir diretórios distritais, municipais e regionais para viabilizar o Partido dos Trabalhadores.

Enquanto isso, crescia, cada vez mais, a exigência de base pelo nosso jornal nacional.

## Que fazer agora

Finalmente, realizada a Pré-Convenção Nacional<sup>4</sup>, em meados de agosto, a Executiva Nacional pôde voltar-se novamente para o problema do jornal.

Lula e Jacó Bittar<sup>5</sup> decidem, então, tomar à frente o projeto e começam por convocar um encontro de jornalistas em São Paulo para dar o chute inicial.

Depois de algumas tentativas, no dia 15 de setembro, reúnem-se cerca de trinta companheiros sob a direção de Lula e Jacó. Discutem-se algumas ideias gerais. Todos enfatizam a urgência de o nosso jornal sair às ruas. Todos usam da palavra para expor a visão que tinham de um jornal do PT – ora um jornal mais voltado para as massas, ora um jornal mais voltado para os próprios militantes. Todos lembram as dificuldades, os recursos, os obstáculos. Mas todos, enfim, numa unidade política animadora, saem amarrados com um compromisso: “Vamos fazer o jornal do PT!”

E, para concretizar o compromisso, é escolhida uma comissão de quinze companheiros, que recebe a incumbência de preparar, no prazo de um mês, o anteprojeto do jornal, a ser democrática e organizadamente discutido dentro do partido.

Essa é a terceira e atual fase da história do jornal do PT – a fase na qual estamos agora todos empenhados e da qual esta folha já é uma primeira realização.

## A comissão

A Comissão do Projeto do Jornal já realizou várias reuniões e chegou a algumas conclusões, que estão sintetizadas na outra página<sup>6</sup>. São os seguintes os companheiros que fazem parte da Comissão: Perseu Abramo (coordenador), Bernardo Kucinski, Jorge Baptista, Antonio Carlos Fon, Altino Dantas Junior, Denise Fon, Josimar Melo, Vinícius Caldeira Brant, Flavio Pachalsky, Irapuan Rocha, Arlindo Munglioli, Flavio Andrade, Sérgio Sister.

**Fonte:** *Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda/Comissão do Projeto Nacional*, 27 de setembro de 1981. [Suplemento do *Boletim Nacional do PT*]. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. Em 31 de maio e 1º de junho de 1980, ocorreu a Reunião Nacional de Fundação do Partido dos Trabalhadores no Instituto Sapientiae, em São Paulo. Essa reunião aprovou o Estatuto do partido, o Programa e Plano de Ação e referendou o Manifesto de Lançamento do PT. O 1º Encontro Nacional do PT, por sua vez, ocorreu em 8 e 9 de agosto de 1981, na Assembleia Legislativa em São Paulo. (N.E.)
2. A primeira edição do *Boletim Nacional* foi veiculada em setembro de 1980. Era um órgão da Comissão Diretora Nacional Provisória do PT. (N.E.)
3. Após o lançamento da primeira edição, em setembro de 1980, o PT veicula o segundo *Boletim Nacional* em maio de 1981 e o terceiro, em julho de 1981 – ainda sob a organização da Comissão Diretora Nacional Provisória. Em 1983, o *Boletim Nacional* se torna um órgão informativo da Comissão Executiva Nacional, editado sob a responsabilidade da Secretaria Geral Nacional do PT, reiniciando a numeração do veículo. (N.E.)
4. O texto refere-se ao 1º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores que, no contexto, também era denominado de Pré-Convenção. (N.E.)
5. No contexto, Lula era presidente do partido, e Jacó Bittar, secretário-geral do PT. Integravam a Comissão Executiva Nacional eleita no 1º Encontro Nacional do PT em 9 de agosto de 1981. (N.E.)
6. Os itens sintetizados são: um jornal de massas, e não um boletim interno; deve ser produzido por uma equipe de profissionais e uma companhia de editores do partido; possuir formato *standard*; ter 12 páginas e periodicidade quinzenal. (N.E.)

## b) EDITORIAL: O MOMENTO E O JORNAL [DOS TRABALHADORES] – 1982

Nós, trabalhadores da cidade e do campo, somos explorados economicamente e oprimidos politicamente há muitos séculos. Essa é a nossa vida e a nossa luta de todo dia. Nos piores momentos, nossa vida beira a morte pela miséria e nossa luta é brutalmente reprimida. É então que precisamos lutar mais ainda, porque só assim venceremos a exploração e a opressão.

O Brasil atravessa uma fase especial: com 18 anos de regime autoritário, a exploração econômica que nos esmaga atingiu seus pontos culminantes. Nunca tivemos tanto desemprego no país. Nunca tivemos salários tão baixos em comparação com o custo de vida. Nunca nos alimentamos tão mal. Nunca tivemos tantas dificuldades para morar dignamente, para usar o transporte que nos leva ao trabalho, para nos vestir decentemente, para cuidar da saúde e da educação de nós mesmos e de nossa família. Nunca sentimos tanta insegurança.

E nós somos a maioria da população. Somos nós que, com o nosso trabalho, construímos tudo que aí está e que não podemos usar: terra, comida, casa, transporte, roupas, remédios, hospitais, escolas. Mas há uma minoria que usa e abusa dessas coisas todas. Uma minoria que tira de nós o produto do nosso trabalho. Uma minoria que usa em seu próprio proveito o nosso suor, as nossas lágrimas e o nosso sangue.

Uma minoria que sempre usou, mas que nunca abusou tanto como nesses 18 anos de regime autoritário. Nunca subiu tanto o custo de vida. Nunca foi tão alta a inflação. Nunca foi tão vergonhosa a corrupção. Nunca foi tão grande o lucro das grandes empresas nacionais e estrangeiras, dos banqueiros e dos grandes fazendeiros. E nunca o Governo e o Estado ajudaram tanto os empresários nacionais e estrangeiros a nos explorarem de todos os modos, no emprego, no salário, nos aluguéis, nos preços da roupa e da condução, da comida e dos remédios, dos hospitais e das escolas.

Para garantir que os padrões nacionais e estrangeiros possam nos explorar nos salários e nos preços com tranquilidade e sem riscos, o Governo e o Estado nos reprimem politicamente. Nos reprimem com a lei ou sem a lei, com tribunais ou sem tribunais, com as forças policiais e com as forças militares, com brutalidade maior ou menor, com a força do dinheiro, da propaganda, das ameaças e das punições.

Mas essa situação está chegando a um limite. Nós, trabalhadores da cidade e do campo, não aguentamos mais. Já começamos a protestar e a brigar nos últimos anos. Foi com nossas manifestações, nosso protesto, nossas greves, nossos movimentos que fizemos o Governo e o Estado recuarem. O que conseguimos é ainda muito pouco: anistia parcial, liberdade partidária pela metade, eleições com cartas marcadas. E o custo de vida continua subindo, o arrocho salarial aumentando, o desemprego crescendo. Agora estamos dispostos a mudar esse quadro e ocuparmos o papel que nos cabe como construtores da riqueza que nos é negada, que nos é tirada. Estamos decididos a transformar a sociedade para construir um Brasil justo, sem explorados nem exploradores.

Só conseguiremos esse objetivo se nos organizarmos. E só conseguiremos nos organizar se nos conscientizarmos cada vez mais, a nós mesmos e a cada um de nossos companheiros. Precisamos tomar consciência de quem nós somos, quantos somos, o que somos, quais as nossas forças e as nossas fraquezas, quais as nossas dificuldades e os nossos problemas, quais as nossas virtudes e as nossas possibilidades, quais as nossas lutas, as nossas derrotas e as nossas vitórias. E também tomar consciência de quem são os nossos adversários e inimigos, quem nos explora economicamente e oprime politicamente, que armas eles usam, que ameaças, que armadilhas, que subterfúgios.

É neste momento, e com esses objetivos, que começa a circular hoje o JORNAL DOS TRABALHADORES, porta-voz oficial do PT em âmbito nacional.

**Fonte:** *Jornal dos Trabalhadores*, n. 01, ano I, segunda quinzena de março, 1982, p. 2. Acervo do CSBH-FPA.

## c) LEI FALCÃO AMEAÇA ELEIÇÃO – 1982

*Enquanto a oposição não pode falar, o Governo diz mentiras*

No ano de 1974, foram realizadas eleições para o Senado, Câmara Federal e Assembleias Legislativas. Os dois partidos existentes na época puderam utilizar o rádio e a televisão para sua propaganda eleitoral. E o Governo sofreu uma das maiores derrotas de que se têm notícia.

Não se pode afirmar com certeza que a propaganda pelo rádio e pela televisão tenha influenciado muito o resultado das eleições de 74. Mas a verdade é que o Governo resolveu acabar com ela. E criou a Lei Falcão<sup>1</sup>, que tem esse nome por ter sido sugerida pelo ministro da Justiça do general Geisel, Armando Falcão.

### O que é

A Lei Falcão impede que os candidatos aos cargos eletivos apareçam na TV e no Rádio para expor seus pontos de vista. De acordo com essa lei, apenas suas fotografias e uma curta descrição de suas vidas podem ser apresentadas aos eleitores.

Trata-se, sem dúvida, de uma lei que tenta afastar a população do debate político. Os meios de comunicação de massa são hoje em dia a maneira mais simples, direta e abrangente de se chegar a grande parte do povo brasileiro. E a discussão das propostas políticas dos diversos partidos por intermédio da TV e do Rádio são uma das mais democráticas formas de se aumentar a participação popular nas campanhas eleitorais.

### Não mudou

Desde que começou a chamada “abertura”<sup>2</sup>, a Lei Falcão está para ser mudada. Contudo, o desempenho de candidatos com as melhores propostas políticas nos primeiros debates pela televisão assustou o Governo. Tem sido evidente, em todos os programas realizados até aqui, por exemplo, que os candidatos da oposição se saem muito melhor que os do PDS<sup>3</sup>.

Um partido como o PT, que não tem dinheiro para gastar em toneladas de papel, frotas de automóvel e em outras formas caras de propaganda, teria no Rádio e na Televisão seu principal instrumento para atingir o grosso da população sem grandes gastos. E, ainda por cima, sua superioridade ficaria – como ficou nos poucos debates realizados – claríssima.

Assim, o Governo acabou não mudando a Lei Falcão. E desde o dia 15 de setembro, a programação de Rádios e Televisões começou a ser interrompida a todo momento para mostrar fotos e currículos. Os debates democráticos e a presença dos candidatos com seus discursos e propostas ficaram proibidos.

### Governo burla

O Governo, no entanto, burla a Lei Falcão. O presidente da República<sup>4</sup>, que tenta ser cabo eleitoral do seu partido, continua aparecendo na Televisão e no Rádio.



A pretexto de prestar contas de sua administração, ele continua fazendo ataques às oposições e elogios ao Governo.

A mesma coisa acontece com os governadores de Estado e prefeitos municipais. Como se já não bastasse a utilização dos recursos públicos para a campanha do PDS, o partido do Governo, o Rádio e a Televisão ainda são instrumentos que o poder usa para tentar impedir a manifestação da vontade popular.

A manutenção da Lei Falcão, junto com a cédula eleitoral<sup>5</sup>, a vinculação dos votos e outra série de casuísmos inventados no decorrer da campanha são provas de que o Governo faz de tudo para que estas eleições não sejam realmente livres.

A utilização justa dos meios de comunicação de massa por todos os partidos políticos é, numa sociedade política moderna, uma condição importante para a realização de eleições efetivamente democráticas.

**Fonte:** *Jornal dos Trabalhadores*, n. 13, ano I, 24 de setembro de 1982, p. 3. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

1. Lei 6.339, criada em 1976, que reformou o Código Eleitoral. Os seus dispositivos restringiram o acesso dos candidatos aos meios de comunicação eletrônica, obrigando-os apenas a apresentar seus currículos, plataformas e seus retratos, impedindo, dessa maneira, o livre debate político. (N.E.)

2. A “abertura” foi o nome pelo qual ficou conhecido o processo iniciado durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) de “liberalização” do regime militar, prosseguindo durante o governo de seu sucessor João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), último dos governantes militares. Geisel declarou que a abertura política deveria ser uma “distensão lenta, gradual e segura”, e, somente em 1979 durante o governo de Figueiredo, ocorreu o fim do bipartidarismo entre ARENA e MDB, restabelecendo o pluripartidarismo com a criação de novos partidos. (N.E.)

3. O Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido governista extinto com o fim do bipartidarismo do regime militar em dezembro de 1979 – foi criado em janeiro de 1980. Fundiu-se em abril de 1983 com o Partido Democrata Cristão (PDC), para dar origem ao Partido Progressista Reformador (PPR).

4. No contexto, João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999), militar, presidente da República entre 1979 a 1985. (N.E.)

5. A cédula eleitoral estabelecida pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1982 alterava o modelo de votação existente, onde o eleitor assinalava ao lado do nome do candidato, para a cédula em que se escrevia o nome ou o número dos candidatos. Através da lei 6.978 de 19 de janeiro de 1982, artigo 8, também se estabeleceu que os eleitores votassem apenas em candidatos do mesmo partido. Caso houvesse discrepâncias de partidos para os candidatos na cédula, o voto seria anulado para todos os cargos. Essa articulação ficou conhecida como “voto vinculado”. (N.E.)

## d) TV A CABO CHEGA AO BRASIL SEM DISCUSSÕES – 1982

A televisão a cabo está chegando no Brasil. Trata-se de um sistema de transmissão de TV que se utiliza de cabos para fazer chegar os sinais de som e imagem às casas dos espectadores. Segue o princípio do telefone, e não o princípio normal da TV e do rádio que transmitem através do ar.

Em consequência, as transmissões de TV a cabo não podem ser recebidas por qualquer pessoa que tenha um aparelho televisor, como acontece com o sistema tradicional. Para receber a imagem e o som, a pessoa precisa ter seu televisor ligado ao cabo, como se fosse um telefone.

O sistema de TV a cabo revolucionou a televisão nos Estados Unidos e na Europa. Ele permite que as comunidades possuam suas próprias emissoras, com programações próprias, de interesse local, pois a imagem pode ser enviada apenas a algumas pessoas que a queiram receber. É, portanto, uma possibilidade de democratizar a televisão.

### Sem discussão

No Brasil, contudo, pode ocorrer que as decisões sobre a TV a cabo venham a ser tomadas sem discussão. O Ministério das Comunicações já tem um anteprojeto de lei pronto. Ele foi elaborado sem nenhuma consulta à comunidade. E vai ser enviado ao Congresso neste mês de agosto, quando os parlamentares estão ocupados com as eleições. Corre, portanto, o risco de ser aprovado por decurso de prazo e sem emendas.

A televisão é hoje, sem dúvida, um dos principais meios de informação e lazer da população das cidades brasileiras. A imensa maioria dos trabalhadores assiste a uma programação a respeito da qual não é consultada e que é obrigada a engolir, quer goste, quer não. Com a TV a cabo, esta situação pode mudar, pelo menos, em parte. Mas, conforme for a legislação, pode até piorar também.

O telespectador brasileiro corre o perigo de ver a TV a cabo ser entregue de mão beijada aos mesmos grupos econômicos poderosos que já controlam hoje o sistema de comunicação no país. Sabe-se que a própria Globo e a Editora Abril estariam entre as quatro ou cinco grandes empresas interessadas na exploração do sistema.

A comunidade, mais uma vez, pode ser passada para trás, sem nenhum controle sobre essa tecnologia, a não ser que comece desde já a levantar o problema, em seus sindicatos e associações.

**Fonte:** *Jornal dos Trabalhadores*, n. 15, ano I, 22 de outubro de 1982, p. 3. Acervo do CSBH-FPA.

## e) DAQUI PARA FRENTE, ORGANIZAR O PARTIDO – 1983

Concluimos nesta edição a publicação do resumo da mesa-redonda sobre avaliação da campanha eleitoral e perspectivas futuras, realizada pelo Jornal dos Trabalhadores após as eleições de 15 de novembro.

Participaram da mesa-redonda os petistas José Dirceu, membro do Comitê Eleitoral Unificado regional de São Paulo; Reginaldo Prandi, sociólogo e pesquisador; Roberto Braga, especialista em publicidade; e Eduardo Jorge, médico sanitariano eleito deputado estadual do PT pela Zona Leste de São Paulo.

A primeira parte do debate foi publicada na edição n. 18 do Jornal dos Trabalhadores, de 22 de dezembro.

### E O PAPEL DA IMPRENSA?

**Qual o papel dos órgãos de comunicação de massa (TV, Jornais)? Qual deve ser a política do PT em relação a esses órgãos?**

**José Dirceu** – O rádio e a televisão, os jornais, têm candidatos, têm preferências e fazem campanha eleitoral também. Nem os jornais nem os jornalistas são entes abstratos acima da luta político-eleitoral. E não podemos limitar a transmissão de nossas propostas apenas por esses órgãos sobre os quais não temos nenhuma influência. O PT deve desenvolver sua imprensa partidária e deve evitar depender de debates na televisão e de acesso ao rádio e aos jornais na sua próxima campanha. O PT deve desenvolver no bairro, na fábrica, em cada Diretório, jornais, boletins que deem respostas às questões que a grande imprensa levanta contra nós.

Depois do primeiro debate dos candidatos paulistas na TV, houve uma estratégia, montada pelo PMDB<sup>1</sup> e por setores da grande imprensa, mais especificamente da *Folha de S. Paulo*, para atingir uma determinada faixa do eleitorado, que foi sendo paulatinamente colocada contra nós. O voto “competente” e o voto “útil” foram sendo reforçados. Nossa crítica ao PMDB, que considero correta, foi ganhando a seguinte imagem: “O PT só ataca o PMDB”. Quem vendeu essa imagem foi a grande imprensa.

Foram largamente utilizados, em São Paulo, os meios de comunicação para criar uma imagem negativa do PT. Toda a mobilização de massa feita em São Paulo pelo PT a imprensa escondeu da opinião pública. Os exemplos mais escandalosos foram o comício de 21 de abril no Largo 13 e o comício do Pacaembu<sup>2</sup>. Este foi um comício para cinco minutos no Jornal Nacional ou no Fantástico, da TV Globo, pela beleza, pelo colorido, pela força política, pela participação, pelo comportamento de 100 mil pessoas. Ao contrário do que dizem o *Jornal da Tarde* e o *Estado de S. Paulo*, não havia nenhuma comissão de segurança nos termos em que eles afirmaram. Seria uma irresponsabilidade total colocar 100 mil pessoas numa praça sem organizá-las, não dar a elas determinada estrutura de serviços de saúde, água, higiene, de orientação e de localização de entrada e saída. O escândalo final foi o da TV Globo, no

Rio, com os resultados eleitorais. O PT pecou também, ao não enfrentar a questão da manipulação, principalmente a que a *Folha de S.Paulo* fez. Temos de aprender a colorir e identificar os meios de comunicação, e não entende-los como entes acima das classes sociais. E há uma tarefa para todos os filiados do PT: vender mais assinaturas do *Jornal dos Trabalhadores*, participar e contribuir mais com o jornal e fazê-lo avançar.

**Eduardo Jorge** – Concordo basicamente com o que o José Dirceu falou. Quero acrescentar alguns fatos: houve uma caravana de Montoro<sup>3</sup> a Osasco que foi um fracasso vergonhoso. Na primeira página da *Folha* estava o fracasso do Montoro e, ao lado, a foto de uma manifestação do PT no centro da cidade, dizendo que o Lula também fracassara. Mas nessa manifestação do PT apareceu bastante gente, ao contrário do que foi noticiado.

Diante da fábrica Villares, Montoro tentou fazer propaganda, mas os operários se recusaram a ouvir e chegaram a vaiar o candidato; Montoro teve de sair dizendo “Viva o Lula” para fazer o pessoal se acalmar, deixar ele se afastar em paz. Isso não foi noticiado, e nem fato igual, acontecido com candidatos do PMDB na porta da Ford e da Mercedes Benz, em Santo André.

Houve uma campanha para isolar o crescimento do PT na classe média, e nisso a *Folha de S.Paulo* foi sistemática. A todo momento o jornal pinçava frases do Lula e de outros petistas tentando mostrar o PT como um partido que só atacava o PMDB e que não tinha condições de exercer o poder por ser irresponsável e imaturo.

Outra coisa importante que a gente via na *Folha de S.Paulo*: a partir de certo momento, eles começaram a promover também o Jânio Quadros; era uma cunha em relação ao PDS e também em relação ao PT.

O comportamento classista da imprensa continua. Na cobertura das apurações, a *Folha de S.Paulo*, sistematicamente, publicava que o PT ia ter apenas 5 deputados federais, 7 estaduais e 4 vereadores, até às vésperas da última proclamação do TRE<sup>4</sup>. Além disso, o jornal abriu uma polêmica de que o PT deveria fazer imediatamente uma revisão de sua posição frente ao futuro governo do PMDB, e deveria, inclusive, fazer negociações e coalizões. Ao mesmo tempo em que eles minimizavam os resultados do PT, tentavam abrir um flanco dentro do próprio PT.

**Reginaldo Prandi** – O boicote sistemático contra o PT na grande imprensa continua. No caso da *Folha de S.Paulo*, o que mais se lê é o “Painel” e a coluna “Cotidiano”. E não só durante a campanha, mas também agora, todos os dias a gente se pergunta, antes de ler, qual é o ataque de hoje contra o PT?

Deve-se fazer com que o *Jornal dos Trabalhadores* tenha ampliada a sua circulação, e, talvez, em futuro próximo, diminuir a periodicidade, tornando-o mais presente, mais diretamente tratando de problemas do dia a dia.

Além disso, o PT tem que encontrar uma fórmula de penetração nos outros jornais. Vamos encontrar essas maneiras na medida em que o próprio PT mostre que é um partido que veio para ficar, para crescer e tomar um lugar que realmente não foi nunca ocupado nessa sociedade, quando se trata da classe trabalhadora.

**Roberto Braga** – Essa é uma questão muito delicada, porque a defesa da imprensa se baseia na neutralidade, que não existe. A gente não pode cair no lugar do Governo, agora, de ser a vítima que quer censurar a imprensa. Temos que desenvolver algum meio de conseguir espaço nessa imprensa. O problema não está mais nas

calúnias contra o PT, mas na dificuldade de a gente conseguir rebater essas calúnias. Escutei programas de rádio em que, no caso da Panamericana ou Record, não me lembro, o Fittipaldi<sup>5</sup> malhava, falava mal ostensivamente do Lula, “aquele incompetente”, nessa linha. O exemplo da TVS<sup>6</sup> é da gente ficar vermelho de vergonha, ou a própria Globo e o que aconteceu na apuração do Rio de Janeiro.

No caso do *Jornal dos Trabalhadores*, me parece que o problema maior está nos canais de distribuição, nos canais de venda. Agora, eu sonho ainda com uma TV do PT, não só o jornal. Eu acho que o PT devia tentar conseguir programas de rádio e programas de televisão, nem que tenha que alugar períodos. Sei que um problema é a questão do financiamento, pois esses programas são caríssimos. Mas acredito que existe a possibilidade.

**Fonte:** *Jornal dos Trabalhadores*, n. 19, ano I, 20 de janeiro de 1983, p. 4. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

1. Partido do Movimento Democrático Brasileiro, fundado em janeiro de 1980 a partir do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição durante o período de bipartidarismo da ditadura militar, extinto em 1979 com o restabelecimento do pluripartidarismo. (N. E.)
2. Comícios realizados na cidade de São Paulo em função da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva para governador. O primeiro foi realizado no Largo 13 de Maio no bairro de Santo Amaro, no dia 21 de abril de 1982. O comício realizado no Pacaembu foi no dia 07 de novembro durante o pré-encerramento da campanha. (N. E.)
3. André Franco Montoro (1916-1999), advogado. Senador pelo PMDB, foi o candidato eleito a governador em São Paulo nas eleições de 1982. (N.E.)
4. Tribunal Regional Eleitoral, órgão do Poder Judiciário Federal, organiza o processo eleitoral em cada estado. (N.E.)
5. Wilson Fittipaldi (1920-2013), locutor esportivo, trabalhou na rádio Panamericana em São Paulo e também no jornal Record Notícias durante as décadas de 1970-1980. (N.E.)
6. Sistema de televisão cuja concessão foi outorgada em 22 de outubro de 1975, durante a ditadura militar, no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), ao empresário Sílvio Santos. (N.E.)

## f) O PT É PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO – 1983

*Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores*

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos trabalhadores vem publicamente expressar sua profunda discordância dos termos em que a Abert – Associação Brasileira de Rádio e Televisão – protesta contra a transmissão gratuita dos programas dos partidos políticos.

A Abert diz que a lei que garante aos partidos políticos a transmissão gratuita é obsoleta, porque elaborada quando “vigorava o regime de autoritarismo, censura e bipartidarismo”. E a Abert acrescenta que hoje vivemos numa democracia, com liberdade de imprensa, com “todas as facilidades para a divulgação política, que ocupa largos espaços nos jornais, rádios e televisores brasileiros”.

O PT considera que a argumentação dos proprietários de rádio e televisão é equivocada e enganosa. Em primeiro lugar, se a lei que garante uma hora anual de transmissão gratuita foi elaborada num tempo de censura, hoje, que vivemos num clima de menores restrições à liberdade, esse espaço gratuito nas rádios e nas televisões deveria ser amplamente aumentado, não só permitindo aos partidos políticos que usassem desse legítimo direito pelo menos uma vez por mês, como estendendo-o também para outras entidades representativas da sociedade, como sindicatos, movimentos sociais e populares, comitês de desempregados, etc. A nota da Abert omite o fato fundamental de que rádio e televisão constituem um serviço de utilidade pública e que, portanto, deveriam estar sob rigoroso controle e fiscalização do conjunto da sociedade, e não de apenas alguns grupos econômicos como hoje ocorre. O PT aproveita a oportunidade para anunciar que já está preparando – e deverá brevemente apresentar por intermédio de seus parlamentares – projetos de lei que garantam o acesso de toda a sociedade aos canais de rádio e televisão e que assegure, dessa maneira, a verdadeira democratização da comunicação social no Brasil, hoje privilégio de alguns poucos.

Em segundo lugar, o PT discorda da alegação dos donos de rádio e televisão de que, hoje em dia, os fatos e as ideias sociais e políticas encontrem ampla liberdade de expressão nos órgãos de comunicação, sejam eles visuais, auditivos ou escritos. As emissoras de rádio e TV – bem como os jornais e revistas – divulgam os fatos e as ideias políticas segundo seus próprios pontos de vista e seus interesses particulares ou de grupo social e econômico, quando não partidários. O que o PT quer e exige – e pelo que lutara, não só para si, mas para todos os segmentos da sociedade e para todas as correntes de ideia – é que o espaço dos órgãos de comunicação seja tido por todos como um espaço público, no qual todos – e cada um – tenham o direito de expressar-se segundo os seus próprios pontos de vista.

Não há como justificar, numa sociedade verdadeiramente democrática, que esses poderosos meios de comunicação de massa, que são o rádio e a televisão, se restrinjam ao papel de instrumentos particulares de dominação ideológica de pequenas elites, sejam estas constituídas pelos governantes que eventualmente estejam

no poder do Estado, sejam elas formadas pelos grandes monopólios econômicos frequentemente associados a interesses estrangeiros e multinacionais.

Finalmente, os proprietários de rádio e televisão se queixam dos prejuízos econômicos que lhes acarreta a transmissão gratuita dos programas partidários. Não fica claro, nesse ponto, se os donos de televisão e rádio estão contra qualquer divulgação dos programas dos partidos ou se até concordariam com isso se essa divulgação fosse paga ao preço de ouro que as rádios e televisões cobram dos anunciantes comerciais. É preciso esclarecer o povo de que os grandes grupos econômicos que possuem os grandes jornais e os canais de televisão e rádio auferem altíssimos lucros com essa concessão pública e constituem poderosos impérios econômicos e financeiros dentro da combalida estrutura nacional. E é fundamental, também, esclarecer o povo que é ele, povo, quem acaba indiretamente pagando o preço dessas concessões, porque o dinheiro que os anunciantes pagam às rádios, TVs e jornais, depois repassam ao preço das mercadorias. Por isso, é o povo que tem de dizer o que os jornais, as rádios e as televisões devem ou não divulgar.

São Paulo, 05 de Agosto de 1983.

**Fonte:** Carta de divulgação da Comissão Executiva Nacional. Acervo do CSBH-FPA.

## g) CONIVÊNCIA DA IMPRENSA – 1986

*Lula pede a convocação de um Conselho de Ética da ABI*<sup>1</sup>

Como se explica que meios de comunicação de massa tenham apresentado as vítimas como culpados? E que tenham difundido a versão forjada do massacre, preparada pelos seus próprios autores? Eis um dos trechos centrais da carta enviada por Lula ao presidente da ABI, Dr. Barbosa Lima Sobrinho<sup>2</sup>, pedindo a instalação de um Conselho de Ética para pronunciar-se sobre a conduta dos meios de comunicação no caso da chacina de Leme<sup>3</sup>:

“...Na grande maioria das emissões de rádio e TV e das agências de notícias do próprio dia 11, e dos jornais e revistas dos dias imediatamente subsequentes, os fatos e as circunstâncias dos trágicos acontecimentos de Leme foram violentamente distorcidos. As vítimas passaram a ser tratadas como criminosos, e estes foram absolvidos, por omissão ou manipulação de informações – não apenas em editoriais, artigos e colunas, mas aquilo que se convencionou chamar de ‘noticiário’. Em outras palavras: além da violência policial contra trabalhadores, populares e parlamentares, houve outra violência, mais sutil, porém não menos ilegítima – a violência da desinformação, da contrainformação e da manipulação das informações.

E é por essa razão que o Partido dos Trabalhadores – além das demais providências que, nos planos jurídico, político, parlamentar e de massas, está tomando e ainda irá tomar contra os responsáveis diretos e indiretos pela violência policial – considera fundamental iniciar, também no plano ético, uma ampla e rigorosa investigação, capaz de apurar a quem, como, quando e por que cabem responsabilidades pela manipulação das informações perante a opinião pública, através de órgãos de comunicação.

E – julga o PT – a nenhuma outra entidade, no Brasil, poderia melhor caber tal encargo cívico do que à ABI, pela sua tradição de honradez, de justiça e de espírito democrático e ao mesmo tempo combativo.

Assim, aguardando o acolhimento a esta solicitação, coloca-se o PT à disposição da ABI para os esclarecimentos que se fizerem necessários.”

S. Paulo, 16 de julho de 1986.

Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente Nacional do PT

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, n. 20, julho de 1986, capa. Acervo do CSBH-FPA.

### NOTAS

---

1. Associação Brasileira de Imprensa, fundada em 7 de abril de 1908 com o nome Associação de Imprensa, no Rio de Janeiro, tinha como propósito reunir e garantir aos jornalistas e trabalhadores da imprensa direitos assistenciais. Em 1913, passou a chamar-se Associação Brasileira de Imprensa e definiu o centro de ação a “defesa da ética, dos direitos humanos e da liberdade de informação e expressão”, de acordo com seu estatuto. (N.E.)



2. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), jornalista, foi eleito presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entre 1926 a 1927, reeleito em 1930 a 1932, e novamente entre 1978 a 2000. (N.E.)

3. Referência à greve de Leme em São Paulo, iniciada em 27 de junho de 1986, na qual trabalhadores rurais reivindicavam melhorias nas condições de trabalho. Em 11 de julho de 1986, a polícia militar reprimiu o protesto e dois trabalhadores foram mortos e outros ficaram feridos. (N.E.)

## h) NOVO GOLPE DOS REIS DA VERDADE – 1988

*Perseu Abramo*

A maioria conservadora e reacionária do Congresso Constituinte prepara-se para desferir mais um golpe contra a democracia. Na segunda rodada de votação, que terminará em poucas semanas, o PMDB, o PFL<sup>1</sup>, o PDS<sup>2</sup> e o PTB<sup>3</sup> tentarão suprimir, com emendas, o Conselho de Comunicação aprovado na primeira rodada. Nessa empreitada, o Centrão<sup>4</sup> e a UDR<sup>5</sup> estarão respaldados pelo governo Sarney<sup>6</sup> e pelos *lobbies* dos proprietários dos grandes meios de comunicação, principalmente a ANJ (Associação Nacional de Jornais)<sup>7</sup> e a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). É possível que figurões da SIP (Sociedade Interamericana de Prensa)<sup>8</sup>, o clube dos donos da comunicação de massa na América Latina, se associem ao golpe.

Tudo indica, portanto, que eles poderão ter êxito, principalmente se não houver nenhuma resistência popular contra a ameaça.

### **Pouca Democracia**

Mas o que é, afinal, esse Conselho contra o qual se assanham as forças da reação?

É só o que sobrou, no Congresso Constituinte, de um conjunto de medidas que visavam democratizar o processo de comunicação de massa no Brasil e que vinham sendo debatidas e propostas desde 1982 por sindicatos de jornalistas, partidos políticos e entidades de massa. Essas propostas, na sua essência, chegam a constituir uma das emendas constitucionais populares levadas ao Congresso Constituinte em meados do ano passado. Mas já a própria Comissão de Sistematização do Congresso reduziu-as a um quase inócuo conselho de natureza técnica e consultiva como apêndice do Congresso Nacional.

Pouca democracia para o que se queria. Mesmo assim, é tudo o que resta, e essa mesma pouca democracia o Congresso Constituinte quer agora liquidar.

### **Comunicação e sociedade**

Os que, nos últimos anos, tanto em entidades sindicais e populares, quanto em partidos políticos, têm procurado prefigurar as linhas mestras de um sistema democrático de comunicação para uma sociedade democrática, apontam como básicos os seguintes itens essenciais:

– Comunicação não pode ser mercadoriana. A iniciativa privada deve ficar fora do campo da comunicação social. Somente o Estado ou fundações ou associações civis sem fim lucrativos, e sob controle democrático popular, podem explorar os meios de comunicações impressos e de radiofusão.

– Mesmo assim, nenhum grupo pode deter mais de um meio de comunicação, para evitar a formação de monopólios, oligopólios, trustes e cartéis. Outras medidas antimonopolistas também são previstas.

– Além do Estado, as entidades de representação popular, sindical, comunitária e político-partidária devem ter preferência na exploração dos meios de

comunicação, sob as formas já citadas de fundações ou associações civis sem fim lucrativos.

– As diretrizes da comunicação de massa, incluindo-se aí os critérios e as decisões sobre concessões de canais de radiofusão (rádio e TV) devem ser elaboradas, aplicadas e fiscalizadas por um Conselho Nacional de Comunicação Social, autônomo e independente de qualquer poder, amplamente representativo da sociedade e, por conseguinte, com maioria clara de representantes da classe trabalhadora. Esse conselho pode ter seções regionais e municipais, e deve ser mantido com fundos provenientes da exploração publicitária dos próprios meios de comunicação.

– Os trabalhadores em entidades de comunicação devem formar conselhos internos de representantes, com poderes para interferir na linha editorial e na programação dos veículos.

– O público representa-se no Conselho Nacional (com seções regionais e locais) e terá garantidos todos os direitos de resposta, reclamação, correção e réplica, bem como de reprodução e contraditórios. O Estado porá seus recursos técnicos e materiais e suas máquinas à disposição das entidades representativas da comunidade para difusão de informações e de ideias sob regulamentação do Conselho de Comunicação.

Essas, as linhas gerais de um sistema democrático de comunicação, capazes de contribuir para edificação de uma sociedade democrática. Os dois documentos que mais se aproximam dessas linhas mestras em seu conjunto foram o Projeto de Constituição do Partido dos Trabalhadores<sup>9</sup> e a Emenda Constitucional apresentada pela Fenaj<sup>10</sup> (Federação Nacional de Jornalistas) e outras entidades. Naturalmente, ambas as propostas foram ignoradas pela maioria conservadora e reacionária do Congresso Constituinte – e da qual uma parcela de quase duas centenas de parlamentares é constituída de proprietários de jornais, revistas, estações de rádio ou de televisão.

O que o Congresso Constituinte acabou aprovando é uma espécie de comissão técnica composta de membros do Executivo e do Legislativo. Uma pálida imagem, portanto, da proposta original de um Conselho representativo e autônomo. Em todo o caso, um milímetro maior do que agora, em que só o Executivo dá ou tira canais de radiodifusão [sic], sem ver nem ouvir ninguém.

**Fonte:** *Boletim Nacional*, n. 36, junho de 1988, p. 9. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. Partido da Frente Liberal (PFL), criado em 24 de janeiro de 1985 por dissidentes do Partido Democrático Social (PDS). Em 28 de março de 2007, passou a se chamar Democratas (DEM). (N.E.)

2. O Partido Democrático Social (PDS) foi fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo do regime militar, ocorrido em fins de novembro de 1979. (N.E.)

3. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado em maio de 1980 por grupo ligado a Ivete Vargas, que, com o fim do bipartidarismo, disputava com o grupo que fundou o PDT a herança do antigo PTB, criado por Getúlio Vargas em 1945. (N.E.)

4. Centrão: designação dada ao grupo conservador suprapartidário, com parlamentares do PFL, do PMDB, do PDS, do PTB, do PL e do PDC, criado no final de 1987 para dar apoio ao presidente José Sarney.
5. A União Democrática Ruralista (UDR) é uma associação criada em 1985 por grandes proprietários de terra com o propósito de defender a propriedade privada, tendo se tornado símbolo da radicalização do patronato rural contra quaisquer alterações na estrutura fundiária do país. (N.E.)
6. José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (1930) adotou legalmente o nome de José Sarney Costa em 1965. Advogado, professor e político, presidente da República entre 1985 e 1990. (N.E.)
7. Associação Nacional de Jornais, fundada no Rio de Janeiro em 1979, atualmente possui mais de 120 jornais associados em todo país. (N.E.)
8. Sociedade Interamericana de Prensa, organização sem fins lucrativos idealizada em 1926, com atuação a partir de 1946 nos Estados Unidos. Atualmente possui sócios em diversos países, contando com 1.300 publicações ou cadeias de jornais associados. (N.E.)
9. O Projeto de Constituição do Partido dos Trabalhadores foi apresentado à Assembleia Nacional Constituinte em 06 de maio de 1987. O texto está disponível no acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. (N.E.)
10. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) foi criada em setembro de 1946 com intuito de regular a profissão de jornalista, defender a liberdade de comunicação e participar dos debates sobre a democratização das comunicações. (N.E.)

## i) A TV DOS TRABALHADORES – 1988

*O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema está aprimorando seus veículos de comunicação. Há dois anos, desenvolve uma experiência inédita no movimento sindical brasileiro, com a criação da TVT.*

Quando a atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema foi eleita, um dos pontos mais importantes da campanha da chapa foi o aprimoramento dos veículos de comunicação da entidade. Desse ponto surgiu a ideia da implantação de um estúdio de rádio e TV no sindicato e, posteriormente, a ideia de se pedir uma concessão de rádio junto ao Ministério das Comunicações.

Assim nasceu a TVT (TV dos Trabalhadores). “A proposta baseou-se na constatação de que a influência do sindicato junto aos trabalhadores está constantemente prejudicada pelo poder dos grandes meios de comunicação, em geral contrários aos nossos interesses”, explica Vicente Paula da Silva (Vicentino), presidente do sindicato.

Para viabilizar a ideia, a diretoria adquiriu equipamentos e contratou uma pequena equipe técnica, hoje coordenada pela jornalista Regina Festa. Os equipamentos – que incluem aparelhos de VHS e U-Matic, além de uma antena parabólica que recebe transmissões do exterior – são considerados de alto padrão e já permitem instalar uma estação de transmissão.

### **Luta pela concessão**

Quanto ao rádio, o sindicato está há mais de um ano batalhando a concessão junto ao ministro das Comunicações. “Na primeira vez que fomos conversar com o ministro Antônio Carlos Magalhães<sup>1</sup>, em outubro do ano passado, ele nos disse que, se nós seguíssemos os trâmites legais, a concessão estaria garantida. Pois bem, a gente seguiu rigorosamente todas as exigências técnicas e jurídicas e encaminhou ao ministro, mas até agora ele só enrolou”.

No dia 29 de setembro passado, Vicentino foi a Brasília falar com o ministro. Mais uma vez, ele nada respondeu de concreto. Vicentino faz um apelo: “Estamos pedindo o apoio de todas as entidades democráticas e de trabalhadores para a nossa luta, que se juntem a nós para viabilizar essa experiência tão importante para o movimento sindical brasileiro”.

A coordenadora Regina Festa explica um pouco mais o que é essa experiência: “O objetivo inicial da TVT foi fazer vídeo na área sindical, através do qual os trabalhadores pudessem se apropriar do meio televisivo, usá-lo nas suas lutas, na sua formação e em projetos mais amplos de informação”.

O projeto, no entanto, foi extrapolando as fronteiras da categoria metalúrgica: hoje a TVT trabalha com a CUT<sup>2</sup>, inúmeras entidades populares e com o PT, através de uma ampla colaboração na montagem de programas de vídeo. Importante também é o trabalho com o Instituto Cajamar<sup>3</sup>, com o qual a TVT está produzindo uma minissérie, em cinco capítulos, sobre a história de São Bernardo do Campo.

A TVT representa, portanto, um salto de qualidade na capacidade de formação e informação do sindicato, que já era bem atuante no setor de imprensa, com

a veiculação de um jornal diário de 40 mil exemplares. Também não é desprezível o investimento do sindicato na área de formação: hoje, cerca de 800 trabalhadores participam dos vários cursos de educação política oferecidos pela entidade.

**Fonte:** *Boletim Nacional*, n. 40, novembro de 1988, p. 17. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (1927-2007), empresário, médico e político. Em 1965, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Foi ministro das Comunicações entre 1895-1990.
2. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), confederação sindical de caráter nacional, foi fundada em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo (SP), como resultado da reorganização do movimento sindical, pelos chamados sindicalistas autênticos, a partir das mobilizações que se iniciaram no final da década de 1970 nas principais zonas industriais do país. (N.E.)
3. O Instituto Cajamar foi criado em 1986 com objetivo de promover atividades de formação política, envolvendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Secretaria de Nacional de Formação do PT e outras entidades.

## j) UM ESCÂNDALO LEGAL – 1989

O Brasil hoje se orgulha de ser um dos campeões mundiais da mídia eletrônica, e, ao mesmo tempo, amarga a desconfortável posição de país que tem uma das mais conservadoras legislações de radiodifusão do mundo.

Até 1967, os estados e municípios tinham autonomia para decidir sobre concessão de canais e legislar sobre os serviços de telecomunicações. Mas o decreto-lei nº 162<sup>1</sup>, do regime militar, mudou as regras do jogo e transferiu para a União a competência exclusiva para explorar (diretamente ou mediante concessão) os serviços de telecomunicações, tornando o Estado um tutor todo-poderoso da radiodifusão.

Investiu-se na sofisticação dos meios e serviços, enquanto as leis e a liberação de subsídios foram definidas sem discussão com a sociedade, que, no seu conjunto, financiou o processo de modernização.

Isso é grave porque as ondas (radioelétricas e hertzianas) que permitem as transmissões ou emissões necessárias às telecomunicações são propagadas no espaço, um bem público. Ou seja: são os eleitores que cedem ao Poder Executivo o direito de gerenciar a distribuição dos canais de transmissão existentes. É a sociedade, em última instância, o verdadeiro poder concedente.

E é aí que esbarramos em um dos pontos mais polêmicos dos debates referentes ao tema na Assembleia Nacional Constituinte: a democratização dos meios de comunicação.

### **A ação do bloco conservador**

Conscientes de que esses meios e serviços altamente desenvolvidos têm favorecido os grandes grupos econômicos, os parlamentares progressistas vivenciaram a guerra surda que se travou nos bastidores da Constituinte.

Uma guerra que os meios de comunicação não tinham interesse em divulgar para a opinião pública, simplesmente porque um dos instrumentos mais utilizados para negociar e comprar votos de parlamentares foi a outorga de concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão.

A máquina de favorecimento montada há muitos anos no Ministério das Comunicações, sob controle do ministro Antônio Carlos Magalhães e do secretário-geral Rômulo Furtado<sup>2</sup> (há 15 anos no cargo), entrou de cabeça na disputa, produzindo o leilão que se pode visualizar através da tabela a seguir (p. 148).

Em um clima de compra de votos, golpes e barganhas, com o “Centrão” jogando pesado, comunicação foi um dos temas que geraram mais tumultos na Constituinte. As emendas populares foram desconsideradas, apesar da forte pressão do grupo progressista, e muito pouco pôde ser avaliado como avanço.

Embora a nova Constituição dê ao Congresso Nacional o poder de conceder canais (artigo 223)<sup>3</sup>, tudo foi feito para que se esgotassem as possibilidades técnicas de novas concessões. E mais: os empresários conseguiram introduzir um dispositivo segundo o qual somente o Judiciário pode cassar as atuais concessões antes de ven-

cido o seu prazo: dez anos para rádio e 15 para televisão. E a não renovação de uma concessão exige quórum qualificado de 2/3 do Congresso Nacional.

## O caminho das pedras

Neste contexto, o país convive com um jornalismo fraudulento, bastando como exemplos a proibição da direção da Rede Globo de Televisão, na época em que o país clamava por eleições diretas, de que seus noticiários tocassem no assunto, ou a forma como hoje tenta distorcer a cobertura da sucessão presidencial, elegendo em agosto o vencedor de um pleito que só ocorrerá em novembro.

Torna-se urgente a implantação de uma nova política de comunicação e telecomunicações.

A identidade nacional está sufocada pela política atual, que leva a estrutura de produção dos meios de comunicação de massa a destruir, gradativamente, as riquezas das mais diversas formas populares de cultura. Controladas por grupos econômicos localizados principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, as emissoras de rádio e televisão impõem a reprodução do material gerado pelas três maiores redes. É o modelo de cultura com a cara do país que eles desenham: homogeneizante, consumista e alienante.

E o sistema de comunicação social estatal (parte está sendo privatizado), que deveria fomentar a produção cultural, é utilizado como instrumento de propaganda, com os recursos e verbas publicitárias servindo como forma de pressão econômica e política.

Nas últimas décadas, consolidaram-se os vínculos entre jornais, rádios e TVs oligopolizados e o governo que os tutela. Os fatos gerados pelo movimento popular organizado, comunitário e sindical recebem um tratamento que vai da simples omissão às mais violentas distorções.

## O direito à informação

A política de comunicações do Governo da Frente Brasil Popular<sup>4</sup> buscará garantir o direito de acesso à informação em qualquer parte do país, valorizar a cultura regional, privilegiar a tecnologia nacional e assegurar o direito de cada cidadão não só receber como também gerar informações, possibilitando a introdução de novas tecnologias de comunicação para emissoras de pequenas potências (regionais e comunitárias).

Uma política que dê à sociedade o controle dos meios de comunicação e que subordine o privilégio da exploração comercial à responsabilidade social de valorizar sua função educativa e cultural. É a visão de quem se posiciona contra a privatização da Telebras<sup>5</sup>, da Embratel<sup>6</sup>, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos<sup>7</sup> e a favor da administração dessas estatais com a participação dos trabalhadores.

E mesmo que a atual legislação não disponha de mecanismos apropriados, com determinação política, mobilização e organização da sociedade civil é possível solicitar a cassação de concessões daqueles que insistam em violar um princípio democrático fundamental: o direito de o público ser informado de maneira objetiva e sem distorções.



## Concessões e permissões realizadas durante o governo Sarney

	1985	1986			1987				1988
		Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
FM	66	91	5	19	29	15	12	11	13
AM	47	50	-	7	14	17	1	10	14
TV	14	13	-	-	2	3	1	1	-
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>154</b>	<b>5</b>	<b>26</b>	<b>45</b>	<b>35</b>	<b>14</b>	<b>22</b>	<b>27</b>

**Fonte:** Dados do Ministério das Comunicações e Diário Oficial da União

Em 1987, até outubro, a média mensal de outorgas das principais modalidades de serviços (FM, AM e TV) era de 13,6 concessões e permissões. Coincidindo com a ofensiva do Centrão na Constituinte, as outorgas chegaram a 26 em novembro e 45 em dezembro. Foi o início de uma corrida desenfreada. De janeiro de 1985 a outubro de 1987, haviam sido efetuadas 417 outorgas.

Daí para frente, o Governo Sarney iria despachar outras 335 concessões até agosto de 1988, quase duplicando a média mensal do restante de seu mandato.

Em fevereiro de 1988, já estavam ocupadas 70,35% das concessões tecnicamente viáveis de emissoras AM, FM e TV, restando menos de 30% disponíveis. Mantido o número de outorgas correspondentes aos 49 editais abertos em março de 1988, as frequências e canais se esgotariam no penúltimo mês do governo Sarney. Nesse caso, na posse do novo presidente da República, não haverá mais frequências e canais disponíveis. Numa ação entre amigos, o governo Sarney fez a reforma agrária no ar. E o que é pior: deu terra aos latifundiários, isto é, favoreceu na distribuição das ondas os grandes monopólios do setor.

## MEDIDAS DE GOVERNO

1. Unificação de todo o controle da política de comunicação social num Conselho de Comunicação Social independente e autônomo, inclusive quanto ao sistema de concessões de rádio e TV. O Conselho deve ser integrado por trabalhadores da área (jornais, agências de publicidade, rádios e TV) e Centrais Sindicais, democraticamente eleitos.

2. As rádios e televisões só poderão ser exploradas por fundações ou associações civis sem fins lucrativos.

3. O governo da União adotará as medidas administrativas, legislativas e judiciais para eliminar o monopólio e o oligopólio da área de comunicação social.

4. Apoio à criação de canais de comunicação próprios das organizações populares.

**Fonte:** Programas de Governo. Caderno Democracia – 1989. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

## NOTAS

---

1. Decreto estabelecido em 13 de fevereiro de 1967 o qual alterou o Código Brasileiro de Telecomunicações, regulamentado pelo Decreto 52.026, de 20 de maio de 1963, e retirou a autoridade dos estados e municípios na exploração dos serviços de telecomunicações, concedendo à União a competência para autorizar as concessões de funcionamento de rádio e televisão. (N.E.)
2. Rômulo Vilar Furtado, secretário-geral do Ministério das Comunicações durante os governos de Ernesto Geisel (1974-1979), João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990). (N.E.)
3. “Da Comunicação Social: Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.”, Capítulo V da Constituição Federal de 1988. (N.E.)
4. Coligação partidária entre Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB), tinha o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidente e José Paulo Bisol (PSB) como vice em 1989. (N.E.)
5. Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), criada através da lei 5.792 de 11 de julho de 1972, era uma empresa federal de economia mista. Inicialmente, o grupo reunia quatro empresas: Embratel, Companhia Telefônica de Minas Gerais (CTMG), Companhia Telefônica Brasileira (CTB), Companhia Telefônica do Espírito Santo (CTES) e a Companhia de Telecomunicações de Brasília (Cotelb), e, em sua configuração final na década de 1980, a empresa tinha associada a ela 27 empresas de âmbito estadual e local responsáveis pelo serviço de comunicação em cada unidade federativa. Em 1993 e 1994, durante o Congresso revisor, acirra-se o debate sobre a quebra do monopólio estatal da Telebras. Pedia-se a mudança do artigo 12, capítulo XI da Constituição, o qual define que compete à União a exploração e concessão dos serviços de telecomunicação. Em 1997, após a Lei Geral de Telecomunicações 9.472, que determinou sua desestatização, a empresa foi privatizada em três blocos de quatro leilões. (N.E.)
6. Empresa pública de telecomunicações criada em 1965, alterada em 1972 durante a ditadura militar pelo ex-presidente Emílio Garrastazu Médici para empresa de economia mista, tornando-a subsidiária da Telebras que foi criada no mesmo ano. Em 1991, o ex-presidente Fernando Collor de Melo, através do decreto 177 de junho de 1991, quebra o monopólio da Embratel no serviço limitado de telecomunicações autorizando a participação da iniciativa privada para serviços de telefonia celular. Inserida no debate sobre as privatizações, em 16 de julho de 1997, através da Lei Geral das Comunicações 9.472, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi autorizada a privatização da Embratel. (N.E.)
7. Empresa originalmente instituída como Departamento de Correios e Telégrafos com administração indireta, transformada em empresa pública através da lei 509 de 20 de março de 1969, vinculada ao Ministério das Comunicações. (N.E.)

## k) A LÓGICA DA DESINFORMAÇÃO – 1989

*O número de golpes baixos da grande imprensa contra as prefeituras petistas é proporcional ao crescimento da candidatura Lula.*

O momento político eleitoral está intensificando o bombardeio dos grandes veículos de comunicação contra as administrações petistas. E esta verdadeira “guerra de (des)informação” – na qual vale tudo, principalmente golpes baixos – é proporcional ao crescimento da candidatura presidencial do Lula.

A opinião é do secretário de Imprensa da Prefeitura de São Paulo, Perseu Abramo, que fez ao BN uma análise do relacionamento do PT com os meios de comunicação de massa.

Perseu não se surpreende com os ataques constantes desferidos contra as prefeituras petistas. “Surpreendente seria se fosse o contrário”, diz. “Por isso não vou ficar aqui lamentando moralmente esse comportamento, como se não estivéssemos conscientes da sua natureza política”.

Segundo o secretário municipal, embora a candidatura Lula tenha uma capacidade própria para deslanchar independente das prefeituras, a grande imprensa sabe que o desempenho destas (principalmente a de São Paulo) pode afetar a candidatura petista “para o bem ou para o mal”. “Assim, o fato de o Lula ser o alvo predileto das forças políticas adversárias leva jornais e televisões a tentarem criar uma imagem negativa das administrações dirigidas pelo PT”.

### **Dois pesos...**

Perseu também contabiliza em sua análise as características do (mau) jornalismo que se pratica no Brasil. “Reconheço que existem exceções” diz, “mas em geral a imprensa brasileira só faz desinformar o cidadão”. E cita alguns exemplos:

“Quando a administração de Luiza Erundina completou 100 dias, publicamos um extenso relatório comparando as metas estabelecidas para esse período, o que se conseguiu realizar e o que não se realizou (identificando os obstáculos encontrados). Pois bem: eu não vi um órgão da grande imprensa aproveitar a avalanche de informações fornecidas para que fossem tratadas jornalisticamente, mesmo que para questionar as metas da Prefeitura”.

“Na mesma ocasião”, prossegue Perseu, “publicamos um dossiê da administração Jânio Quadros. Há nesse dossiê casos pequenos e também fortes indícios de corrupção e fraude graves. Mas nada disso foi aproveitado para se investigar o que realmente aconteceu”.

Outro “caso” lembrado por Perseu Abramo é a tentativa de identificar a administração Erundina, desde antes da posse, com o nepotismo. “Foi feito o maior estardalhaço quando se descobriu relações de parentesco entre algumas pessoas da Prefeitura. O mesmo não aconteceu quando o presidente da Câmara Municipal de São Paulo (Eduardo Suplicy)<sup>1</sup> publicou, há pouco tempo atrás, a lista de todos os funcionários da Câmara e se descobriu que nos gabinetes de todos os vereadores, exceto

os do PT, havia parentes contratados. Apenas um jornal paulista usou este material, ainda assim bem discretamente.”

## Vínculos diretos

Quanto ao tratamento dado pela Prefeitura aos órgãos de imprensa, Perseu esclarece que, “embora não haja nenhuma discriminação de nossa parte”, não é obrigação do Poder Público ficar à disposição integral da imprensa. “Qualquer profissional de imprensa sabe que o Poder Público tem obrigação de prestar contas ao público, ao cidadão”, diz. “Acontece que os jornais e as televisões se autoelegem como únicos interlocutores do público junto ao governo, e nós não reconhecemos esse pressuposto. Não reconhecemos que um setor privado credencia a si próprio como instrumento da população, extraindo todos os benefícios dessa posição e nenhum de seus custos. Por exemplo, qual dos grandes veículos de comunicação admite um controle de suas atividades pela população?”.

Esse ponto de vista tem levado as prefeituras petistas a desenvolverem laços diretos de comunicação entre o governo municipal e o público. O que não tem sido fácil. Em São Paulo, por exemplo, a prefeita Luiza Erundina encontrou a imprensa municipal tão deteriorada que até mesmo o Diário Oficial do Município acaba sendo impresso (e pago) nas gráficas do governo estadual. O mesmo aconteceu com os 500 mil exemplares do jornal especial que a Prefeitura publicou ao completar 100 dias de administração.

**Fonte:** *Boletim Nacional*, n. 44, maio/junho de 1989, p. 12. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. Eduardo Suplicy (1941-), político brasileiro, presidente da Câmara Municipal de São Paulo entre 1989 e 1990, quando se elege senador pelo Partido dos Trabalhadores.

## 1) UM ATAQUE DE CLASSE – 1989

*A tentativa é despolitizar, desmoralizar, desqualificar e demonstrar incompetência, incoerência e contradição. O alvo predileto é São Paulo. Mas o inimigo maior da burguesia é o PT, a classe trabalhadora e o socialismo.*

O tratamento que a imprensa privada dispensa à Prefeitura de São Paulo tem cinco características principais:

**1. A despolitização.** É a tentativa de desqualificar o significado político da vitória eleitoral do PT. Faz-se de tudo: busca-se a desmoralização da figura da prefeita<sup>1</sup> e dos membros do Governo, pela folclorização e pela ridicularização. Muito disso foi frustrado, pela postura do Governo e pela sua recusa em cair nas armadilhas.

**2. O descrédito.** Afirma-se a incompetência do Governo. A herança dos desmandos das administrações anteriores é deliberadamente ignorada ou minimizada; da mesma forma, o boicote financeiro dos Governos estadual e federal. Falhas e hesitações das primeiras semanas são superenfatizadas. Cria-se artificialmente a imagem negativa de uma administração catastrófica e de uma cidade em colapso. São selecionadas situações específicas (coleta de lixo, ambulantes, trânsito, transportes, saúde), que são retiradas de seus contextos episódicos e transitórios e desvinculadas de suas causas estruturais e históricas. E são apresentadas a todo o país como características iminentes e definidoras de um governo petista.

**3. A contradição.** Manipula-se o significado das diferenças entre “partido” e “administração”. Trata-se de negar a existência de uma classe trabalhadora capaz de atuar dialeticamente no nível institucional e no nível da mobilização popular, política e partidária, e de agir no imediato, mas com olhos no futuro. A escolha de um secretário ou de um assessor é negada como sendo o que realmente é – uma opção entre alternativas igualmente válidas – para ser travestida de “divergência”, “disputa interna fratricida” e “traição”. Tenta-se demonstrar a desunião, ou seja, a incapacidade de os trabalhadores terem atuação política enquanto classe.

**4. A incoerência.** É a tentativa de demonstrar que o “PT no Governo” é diferente do “PT na oposição”. Ainda mais uma vez é uma forma de descontextualização e de recriação artificial de um contexto irreal. Escamoteiam-se deliberadamente as dimensões de tempo, espaço, conjuntura e circunstâncias, que é o que dá significado real a atos e fatos. Fragmenta-se arbitrariamente a realidade para compararem-se ideia e propostas isoladas, e até mesmo frases e pedaços de frases. A tentativa é a de reduzir um projeto histórico e estratégico (a revolução socialista) a uma ambição imediatista e oportunista (a busca do poder pelo poder).

**5. A indiferenciação.** Aqui, trata-se de descrever a atual Administração, petista, como exatamente igual às suas antecessoras e a quaisquer outras, não petistas. Escondem-se intencionalmente mudanças de objetivos e de métodos, de propósitos e de procedimentos, de prioridades e de desprivilegiamentos. O objetivo é negar o PT como proposta nova e diferente. É como se dissessem: é melhor conservar o que aí está (o mundo capitalista e a dominação burguesa) por que não há possibilidade ou esperança de transformações (o governo dos trabalhadores e o socialismo).

A imprensa privada, porta-voz da burguesia, é também um de seus principais exércitos, poderoso e sem escrúpulos: na imensa maioria das vezes, omite, distorce,

manipula e mente. Um de seus alvos prediletos é a Prefeitura de São Paulo. Mas o inimigo real que a burguesia busca destruir com sua luta é o socialismo, a classe trabalhadora e o PT.

**Fonte:** *Boletim Nacional*, n. 47, outubro de 1989, p. 20. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

1. Luiza Erundina de Sousa (1934-), no contexto, eleita prefeita da cidade de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores. (N.E.)

## m) O ATAQUE ARTICULADO DOS BARÕES DA IMPRENSA – 1990

Bernardo Kucinski<sup>1</sup>

*Uma de nossas culpas foi nunca termos dado muita atenção ao fenômeno da comunicação. Nascermos como partido democrático e lutamos pela democracia, mas muitas de nossas cabeças foram formadas sob o paradigma que considerava a democracia uma “farsa burguesa”. Combatemos os DOI-CODI<sup>2</sup> que torturavam e matavam durante a ditadura, mas não combatemos os jornais e os jornalistas que mentem e caluniam sob a democracia. Até apoiamos, por extensão e acriticamente, o corporativismo dos sindicatos de jornalistas. Realmente não há democracia se a imprensa não é livre, pluralista e honesta. A imprensa brasileira tornou-se o DOI-CODI da democracia.*

Articulados a outros empresários, como os que sabotaram o transporte coletivo em lugares tão distantes entre si, os barões da imprensa e da TV deram a contribuição decisiva na campanha da burguesia para “derrotar Lula a qualquer preço”. Organizaram não um simples golpe, mas todo um processo que implicou na colaboração dos quadros orgânicos de cada redação, os “jornalistas da casa”, na indiferença de outros e finalmente na deformação do trabalho da massa de jornalistas subalternos, despojados hoje de qualquer direito. Operam num quadro de decadência do jornalismo brasileiro, parte do quadro geral de perda de referenciais éticos da sociedade. A própria categoria dos jornalistas desconhece hoje a ética da profissão e qual a sua função numa sociedade democrática.

A derrota da equidade, da honestidade e do pluralismo dos meios de comunicação de massa tem implicações inquietantes. Denota uma fragilidade estrutural que será novamente instrumentalizada numa próxima campanha. Jornalistas veteranos, que tanto reclamavam do autoritarismo do passado, e que se deixaram usar pela mesma polícia e pelos patrões exatamente num momento maior da democratização, sabem que não incorreram num mero pecadilho. Cometeram um pecado capital. Os jovens tiveram o seu batismo de fogo, amadureceram na intimidade da violência editorial. Tentaram resistir, mas nada garante que se assumiram de vez.

### Candidatura de proveta

A candidatura Collor<sup>3</sup> já nasceu de proveta. Houve um salto de qualidade nas técnicas de engenharia política desenvolvidas pela Globo desde 1982, quando quase derrotou Brizola<sup>4</sup> nas eleições para o governo do Rio de Janeiro através de um programa de computador que substituía o resultado das urnas por um outro geneticamente manipulado. Desta vez, Roberto Marinho<sup>5</sup> superou a si mesmo: criou um candidato, forneceu a própria realidade. Collor interpretou o papel com eficácia. E pronunciando palavras-chaves, como “marajás”, detectadas por pesquisas de *marketing* político, não precisou nem debater.

Mas o empenho de Lula e seus comícios no sertão e nas cidades recolocaram a disputa no campo do real. Assustada com a vitória de Lula no primeiro turno,

a burguesia entrou em pânico e lançou a campanha do terrorismo ideológico e da desclassificação de Lula na qual os jornais tiveram papel importante.

Os quadros de confiança afastaram jornalistas com alguma espinha da cobertura política e passaram a dirigir e fechar as páginas políticas como questão estratégica. Tornaram-se diárias as matérias antiPT do *Estado*. Nenhum dia podia ser perdido. A *Folha* trouxe Paulo Francis<sup>6</sup> de Nova York para sua primeira página. Ferreira Neto<sup>7</sup> montou um programa gratuito paralelo. Boris Casoy<sup>8</sup>, mais sutil, reforçava com eficácia em momentos críticos.

As reportagens de *O Estado de S. Paulo*, que já não são mais lidas devido à inconsistência dos textos, eram, no entanto, brandidas à distância nos programas gratuitos de Collor e Ferreira Neto, como base supostamente documental das falsas acusações. Foi também o *Estado* que sinalizou as linhas mestras do ataque: caracterizar o PT como atrasado e antidemocrático, Lula como ignorante e a militância petista como uma “milícia” organizada para a violência<sup>9</sup>.

## Unanimidade

O sintoma mais sutil e mais importante da articulação dos barões da imprensa foi sua unanimidade a favor de Collor. Jornais, ao contrário da televisão, possuem públicos diferenciados e se distinguem através de diferenças ideológicas. E por não serem concessões públicas que podem apoiar candidatos (desde que nos limites da época) a maioria dos jornais por serem conservadores deveria apoiar Collor no segundo turno, mas um jornal liberal como a *Folha de S. Paulo* deveria apoiar Lula, mesmo que criticamente. No segundo turno, Lula era o candidato das mesmas forças esclarecidas e organizadas, que se engajaram na campanha das diretas. Para um jornal tão consciente de seu *marketing*, essa traição ao seu público leitor não se deu gratuitamente.

Em quase todos os incidentes gerados para denegrir o PT, e não apenas no caso Diniz<sup>10</sup>, há a participação de delegados de polícia.

Mesmo na tragédia da favela Nova República, o delegado insistiu em indiciar o administrador regional do Butantã por negligência<sup>11</sup>, quando a própria polícia foi negligente frente aos vários Boletins de Ocorrência contra o aterro clandestino lavrados naquela mesma delegacia. O caso Lubeca<sup>12</sup> foi articulado com a polícia para se arrastar provocando um desgaste prolongado do PT desde que os jornais entrassem no jogo. A *Folha* entrou.

Nos últimos dias da campanha, frente a iminência da vitória de Lula, os “quadros orgânicos” lançaram uma *blitzkrieg*<sup>13</sup>, intensificando o terrorismo ideológico e a difamação. No Programa Ferreira Neto, Collor acusou o PT de querer confiscar as cadernetas de poupança. A *Folha* atribuiu a Lula uma proposta de arrocho salarial, e às correntes majoritárias do PT a intenção de fazer “tudo o que estiver a seu alcance para cercear e se possível suprimir a liberdade de expressão”<sup>14</sup>.

## Fraude do debate

A Globo lançou a falsificação do último debate, fraude decisiva na inversão da tendência eleitoral que mostrava Lula atropelando Collor nos últimos dias da



campanha. Conforme o Gallup<sup>15</sup> dos dias 14 e 15, após o último debate e antes do debate forjado pela Globo, Collor caía para 44,9 por cento e Lula nele encostava com 44,4 por cento. E, apesar da ligeira vantagem de Collor sobre Lula na avaliação geral do debate (41,9 contra 38,8), Lula foi considerado vencedor por três em cada cinco dos indecisos. “São esses votos que decidem a eleição hoje” disse Carlos Eduardo Matheus, diretor do Gallup<sup>16</sup>. Matheus disse depois que o programa falsificado da Globo foi decisivo na inversão da tendência final do eleitorado<sup>17</sup>.

Finalmente, a polícia detonou a operação Abílio Diniz, um último cartucho. Boris Casoy atacou de entrevista com Saulo Ramos<sup>18</sup>, vinculando o PT ao sequestro, através do artifício de dizer que devemos ser cautelosos e evitar ilações. O *Estado* encampou as declarações do delegado Fleury<sup>19</sup> implicando o PT. Ainda acrescentou na primeira página que “Um padre da Zona Sul, simpatizante do PT, foi o avalista da casa alugada pelos sequestradores”<sup>20</sup>. Naquele dia, havia no Brasil 31 milhões de simpatizantes do Lula. As coberturas do sequestro de Diniz por Casoy e pelo *Estado* ficarão para os estudiosos da imprensa como o nosso incêndio do Reischtag<sup>21</sup>.

**Fonte:** *Boletim Nacional*, n. 48, fevereiro de 1990, p. 14. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

1. No contexto, jornalista, professor da Escola de Comunicação e Arte da USP, correspondente do jornal inglês *The Guardian*.
2. O Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) era uma entidade do governo brasileiro elaborado a partir de diretrizes do Conselho de Segurança Nacional em 1970. No contexto, seu objetivo era gerenciar informações e reprimir a organização da sociedade contra a ditadura militar. (N.E.)
3. Fernando Collor de Melo (1949-), político brasileiro, disputou as eleições pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), assumiu a presidência em 1990 e em 1992 foi deposto por meio de processo de *impeachment*. (N.E.)
4. Leonel de Moura Brizola (1922-2004), engenheiro e político. Governador do Estado do Rio de Janeiro pelo PDT por duas vezes (1983-1987 e 1991-1994). Em 1989, candidatou-se a presidente da República pelo PDT. (N.E.)
5. Roberto Marinho (1904-2003). Jornalista e empresário. Em 1931, assumiu o diário *O Globo* fundado em 1925 por seu pai Irineu Marinho. Na década de 1940, inaugura a Rádio Globo, em 1965, durante a ditadura civil-militar, funda a TV Globo no Rio de Janeiro. (N.E.)
6. Franz Paulo Trannin Heilborn (1930-1997), jornalista, em seus artigos fazia oposição à candidatura de Luiza Erundina em 1988 e também à candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores em 1989. (N.E.)
7. Joaquim Antônio Ferreira Neto (1938-2002), jornalista brasileiro, em 1990 apresentava o Programa Ferreira Neto transmitido pela Rede Record e, no mesmo ano, candidatou-se ao Senado pelo Partido da Renovação Nacional. (N.E.)

8. Boris Casoy (1941- ), jornalista brasileiro, no contexto, apresentador do jornal TJ Brasil transmitido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). (N.E.)
9. É preciso deter as milícias, escreveu Augusto Nunes, no OESP [*O Estado de S. Paulo*] 5/12/89, pg. 2 (Nota do autor.)
10. Em 1989, às vésperas das eleições nas quais concorriam Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Melo (PRN), o secretário de Segurança Pública Luiz Antônio Fleury Filho declarou à imprensa que material de propaganda do Partido dos Trabalhadores foi encontrado junto aos sequestradores de Abílio Diniz, estabelecendo dessa maneira, na imprensa, uma possível ligação entre o Partido e o sequestro do empresário. *Folha de S.Paulo*, 17 de dezembro de 1989, Caderno Especial, p.1. (N.E.)
11. Em outubro de 1989, houve um desmoronamento no morro da favela Nova República, em São Paulo, soterrando moradores do local. Na ocasião, o delegado Marco Aurélio Dourado alegou que Nelson Bedim, administrador regional do Butantã, poderia ser responsabilizado juntamente com a prefeitura de São Paulo, então sob a gestão de Luiza Erundina (PT), pelo desastre. (N.E.)
12. Em 1989, durante um debate entre os candidatos à presidência, Ronaldo Caiado, candidato ligado à União Democrática Ruralista (UDR), acusou o candidato Luiz Inácio Lula da Silva de receber em sua campanha doação em dinheiro da incorporadora Lubeca em troca da aprovação, pela prefeitura de São Paulo – no contexto ocupada pela ex-prefeita Luiza Erundina –, para a execução de um projeto urbanístico na cidade. Embora com intensa cobertura pela imprensa no período, o caso foi arquivado por falta de provas. (N.E.)
13. Termo alemão que significa “guerra-relâmpago”. Consiste em desmoralizar o inimigo atacando-o rapidamente por diversas frentes utilizando assaltos surpresas com manobras brutais de modo a limitar suas reações e defesas. (N.E.)
14. OESP [*O Estado de S. Paulo*], 15/12/89 (Nota do autor).
15. Instituto Gallup de Opinião Pública, empresa de origem norte-americana, possui mais de 30 escritórios ao redor do mundo. No Brasil, atua desde 1967 com pesquisas em diversas áreas. (N.E.)
16. FSP 12/12/89, p. 1 do caderno D [*Folha de S.Paulo*]. (Nota do autor)
17. Entrev. ao autor, 17/12/89, à noite. (Nota do autor)
18. José Saulo Pereira Ramos (1929-2013), jurista e político brasileiro, ministro da Justiça entre 1989 e 1990, durante o governo de José Sarney. No contexto, o *Jornal O Estado de S. Paulo* publicou uma reportagem na qual relacionava o sequestro de Abílio Diniz com o PT através da declaração do secretário de segurança, Luiz Antônio Fleury, de que havia sido encontrado material de campanha do PT no local do sequestro. Ramos, em contrapartida, afirmou que “o detalhe pode ser uma ‘armação’ dos marginais.” *O Estado de S. Paulo*, ano 110, n. 35.225, 17 de dezembro de 1989, capa. (N.E.)
19. Luiz Antônio Fleury Filho (1949-), político brasileiro. No contexto, Secretário de Segurança do Estado de São Paulo. Em 17 de dezembro de 1989, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou na primeira página a declaração do delegado na qual afirmava

ter encontrado junto ao local do sequestro de Abílio Diniz, material de campanha do Partido dos Trabalhadores. (N.E.)

20. OESP [*O Estado de S. Paulo*] 17/12/89, 1.<sup>a</sup> pág. (Nota do autor)

21. Reichstag: parlamento alemão cujo incêndio ocorrido em 27 de fevereiro de 1933 foi atribuído ao jovem comunista Van der Lubbe. No contexto de ascensão do Partido Nacional Alemão, o governo nazista utilizou o fato para intensificar a perseguição aos comunistas, proibindo a edição de jornais socialistas e comunistas. (N.E.)

## n) DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO – 1994

O Brasil apresenta um quadro de alto índice de analfabetismo e baixo poder aquisitivo da maior parte da população, situação da qual resulta baixo índice de leitura de jornalismo impresso (jornais e revistas). O país também tem o mais baixo índice de produção de exemplares de jornal na América Latina (24 exemplares por mil habitantes em 1993). O desempenho da mídia impressa é desproporcional até mesmo em relação ao poder aquisitivo da população e ao índice de alfabetização.

No campo da radiofusão (rádio e TV), há uma superconcentração de emisoras: não mais do que dez grupos dominam a veiculação de programas de televisão no território nacional. Dois desses grupos concentram 80% da audiência. Quase dois terços dos investimentos publicitários na mídia são destinados à televisão.

A excessiva concentração provoca padronização de conteúdo e de forma; os programas geralmente são gerados apenas nos grandes centros urbanos, mas transmitidos por redes nacionais e multirregionais.

As outorgas de concessões e permissões de canais de radiofusão são indevidamente utilizadas como instrumento de barganha eleitoral e troca de favores fisiológicos; a renovação é praticamente automática, sem qualquer fiscalização efetiva por parte da sociedade.

Oligopólios cruzam-se vertical e horizontalmente, concentrando, em pouquíssimas mãos privadas, a propriedade de jornais, revistas, editoras, emisoras de TV, de rádio AM e FM, produtoras de vídeo, redes de cabodifusão e gravadoras.

Há uma aparente desconexão entre as políticas de comunicação e as políticas educacional, cultural e de telecomunicações. Tais setores atuam descoordenadamente, sem critérios ligados à democracia e à cidadania.

Entre o público, há pouca compreensão sobre o papel da comunicação e sobre a linguagem dos meios de comunicação.

O Ministério das Comunicações atua apenas como se fosse um “ministério da infraestrutura” da área.

Não existem instituições mediadoras entre o Estado, o setor privado e a sociedade na formação de políticas sobre a área de comunicações, cujos temas são conduzidos por práticas permeadas pelo patrimonialismo, corporativismo e cartonalismo, com predominância dos interesses privados sobre os públicos.

As novas tecnologias de comunicação vêm sendo implantadas acelerada e improvisadamente, sem regulamentação oficial e sem aproveitamento de oportunidades para a democratização do acesso às informações.

Outra característica é o uso particularizado – inclusive eleitoral – sem transparência pública, das empresas do Sistema Telebras, integrado pelas operadoras em cada estado, e pela Embratel para as comunicações de longa distância.

Os sistemas ou redes de serviços estatais de comunicação, compostos pela Radiobrás<sup>1</sup> (que inclui emisoras de rádio e televisão e a Agência Brasil de Notícias<sup>2</sup>) e pelo Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa<sup>3</sup> (que reúne emisoras federais, estaduais e de universidades) são marcados, também, por reduzidos investimentos e, com exceções, pelo mau uso dos recursos disponíveis. Às vezes, também esses serviços ficam sujeitos ao aparelhamento político-partidário.

Há excessiva concentração da produção audiovisual no eixo Rio-São Paulo.

Na produção audiovisual, os grupos oligopolistas utilizam seus recursos veiculando interesses privatistas, manipulando a percepção de assuntos de interesse público e excluindo a representação da diversidade e da controvérsia.

Apesar de uma sofisticada estrutura de telecomunicações, com troncos de microondas, fibras ópticas e satélites, além de estações digitais e outras tecnologias, muitas delas desenvolvidas pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebras, o país não dispõe ainda de uma rede de transporte de sinais de TV a Cabo, nem de uma política de implantação e de distribuição capaz de propiciar a prestação integrada de serviços de telecomunicações.

A legislação da área de comunicações está extremamente defasada com relação ao desenvolvimento de novas tecnologias e práticas informativas democráticas. A política de concessão de canais ainda está sujeita ao predomínio de interesses particulares e privatistas, bem como a barganhas eleitoreiras.

## Uma nova política

O Governo Democrático e Popular buscará iniciar a transformação desse quadro. Para isso, centrará sua política de comunicação na busca da democratização, com os objetivos de assegurar aos cidadãos o direito de informação e expressão, ampliar espaços e meios públicos para o exercício desse direito, instituir formas de controle social sobre os meios de comunicação, aperfeiçoar os serviços estatais e regular a esfera privada, de forma a impedir a existência de oligopólios.

O governo buscará, também, estabelecer as bases de uma infraestrutura nacional de comunicações, procurando coordenar e integrar áreas de telecomunicações, informática, educação e cultura, naquilo que elas tenham de comum ou correlato.

Para tanto, o governo tomará medidas políticas, administrativas e técnicas no âmbito do Poder Executivo; submeterá ao Poder Legislativo propostas de regulamentação e de modificação da Constituição, de aceleração do andamento de iniciativas legislativas e novos anteprojatos de lei; e estimulará entidades e organizações da sociedade a participar do debate e da reelaboração da política de comunicação.

O governo deverá, ainda, estabelecer novas relações entre Estado, setor privado e sociedade para estruturar os sistemas de comunicação e definir o papel cultural, político e econômico desempenhado pelos meios de comunicação; criar condições favoráveis para a concorrência, para o fortalecimento da capacidade de produção e de ampliação do mercado, inclusive para viabilizar a produção hoje sem canais de distribuição e estimular amplamente a pluralidade de expressão; implantar infraestrutura para o estabelecimento das “estradas eletrônicas” que deverão permitir o desenvolvimento integrado dos diversos serviços de comunicações, especialmente a multimídia, a ser regulamentada visando ao interesse público.

O Governo Democrático e Popular procurará atribuir um caráter público à comunicação, atuando de duas formas:

- estruturando um sistema público de comunicação;
- estimulando a democratização do setor privado.

## **Estruturação do sistema público**

O sistema público será integrado por fundações, organizações e associações, com representação de entidades da sociedade e de setores da população. Desde que sujeitos às regras que a lei instituirá, também os órgãos estatais poderão integrar o sistema público, cuja independência com relação ao governo será assegurada.

Serão admitidos, no sistema público consorciamento dos integrantes, composição de cooperativas de produção e divulgação, bem como a realização de convênios com municipalidades e instituições científicas e de ensino. O sistema público estará assentado sobre um fundo financeiro específico e uma rede de conselhos, enunciados em seguida.

### **O Fundo de Comunicação**

O Fundo Nacional de Comunicação será constituído em formas e com recursos a serem definidos por lei.

O Fundo também será destinado a financiar a formação de recursos humanos, pesquisas, tecnologia e a rede de emissoras públicas, entre outras iniciativas de interesse público.

O Fundo será administrado pelo Executivo Federal, com fiscalização e orientação de ampla representação da sociedade, de modo a assegurar que os recursos sejam reinvestidos na área da comunicação.

### **Os Conselhos**

Os Conselhos de Comunicação, em diversos níveis (nacional, regionais, estaduais, metropolitanos, municipais) serão constituídos de representantes dos três Poderes, de partidos políticos, entidades de empresários e de trabalhadores, entidades nacionais da sociedade civil, instituições científicas e universitárias.

Os Conselhos serão eleitos pelo Legislativo de cada nível; podem ser implantados gradativamente, a começar pelo nacional, e depois nos outros níveis.

Compete aos Conselhos elaborar a política de comunicação e zelar por sua correta aplicação. Os órgãos do sistema público deverão estar abertos ao acesso do conjunto da sociedade, tanto na produção quanto na difusão, em formas que serão definidas pelos Conselhos de Comunicação. A gestão contará com a participação da sociedade civil, será transparente e submetida ao controle público.

A programação dos órgãos do sistema público terá espectro amplo e pluralista, dos pontos de vista ideológico, político, partidário, social, religioso, cultural; respeitará a preservação de realidades regionais e locais e será periodicamente submetida à avaliação dos Conselhos de Comunicação.

No âmbito do sistema público, poderão ser criados centros comunitários e intermunicipais de produção para comunicação impressa, de rádio e de TV.

Os Conselhos promoverão a revisão técnica do Plano Básico de Distribuição de Canais para reestruturar o espectro hertziano – quer aplicando tecnologia à

malha nacional de comunicação, quer restringindo os canais à sua real utilização – a fim de multiplicar as possibilidades de uso de canais de vários tipos e de variadas potências.

Será estimulada a concessão de canais com potência adequada a municípios, isoladamente, ou a aglomerados de municípios, para gestão comum. Igualmente, haverá estímulos à concessão, nos quadros do sistema público, aos movimentos populares e sindicais, para assegurar o intercâmbio de informações e a livre expressão de pensamento.

O gerenciamento das diretrizes e da programação das emissoras do sistema público estará em conformidade com a política de comunicação emanada dos Conselhos. O sistema poderá produzir seus programas valendo-se dos próprios recursos ou de outras fontes.

O governo dará apoio à implementação do Conselho de Comunicação Social, regulamentado pela Lei 8.389/91<sup>4</sup> e seu reconhecimento como interlocutor do Executivo, do Legislativo e da sociedade, e o adaptará aos princípios fixados neste Programa.

Deverá ser proposta uma legislação consolidada de Comunicações, que atualize a Lei 4.117/62<sup>5</sup>, com flexibilidade suficiente para incorporar as tecnologias emergentes, e que 40 abranja capítulos especiais sobre ética das comunicações, telecomunicações, TV a cabo, multimídia e sistemas de rádio e TV educativas.

O governo deverá utilizar as verbas publicitárias da administração direta e das empresas estatais sob o controle federal de maneira transparente.

Na aplicação da política de criação de um sistema público, o governo deverá:

- reestruturar a rede estatal de serviços de comunicação, representada pela Empresa Brasileira de Comunicações, no sentido de dotar o Executivo de canais de informação para a sociedade;
- reservar um canal de rádio e um de televisão a ser partilhado pelas instituições de ensino superior e outras entidades existentes em cada município;
- separar uma faixa de frequência para utilização livre por emissoras de rádio de baixa potência em caráter local.

## **Aperfeiçoamento dos serviços estatais**

O governo combaterá o sucateamento que ora prejudica o sistema estatal de radiofusão bem como o de Imprensa escrita (Diários Oficiais, serviços de informação, assessorias, emissoras, instalações e equipamentos).

O governo procurará ampliar e aprimorar os serviços estatais de comunicação prestados à população, visando à difusão regular e sistemática de informações de interesse público. Os serviços estatais obedecerão à política de transparência dos órgãos do Estado e do Governo, através da comunicação regular e permanente com o público.

O governo reforçará a prestação de informações fundamentais para o cidadão em diversas áreas (tributária, trabalhista, previdenciária e jurídica) bem como informações econômicas de interesse para pequenos e médios empresários urbanos e rurais (preços, safras, clima, condições e tarifas de armazenamento e transporte).

Será redefinido o papel do Executivo na área das Comunicações, de maneira a estar capacitado para lidar com a infraestrutura e também com a dimensão social e política da comunicação.

Finalmente, a rede estatal produzirá e divulgará, também, informações de interesse de entidades e organizações da sociedade civil – medidas governamentais, andamento de projetos no Legislativo, iniciativas políticas – capazes de contribuir para o exercício da cidadania e da participação popular democrática na sociedade e no Estado, metas, igualmente, do Governo Democrático e Popular.

## **Regulamentação do sistema privado**

Através do Legislativo, dos Conselhos de Comunicação e da sociedade civil, o governo estimulará o aprofundamento das medidas que visam ampliar o direito à informação e à expressão e assegurar a democratização do sistema.

Muitas dessas medidas já estão fixadas na própria Constituição, como é o caso da proibição de oligopólios<sup>6</sup>, ou do estímulo à promoção da cultura nacional e regional e à produção independente.

Outras medidas constam da legislação ordinária e complementar e outras, ainda, de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional (projetos Zaire Rezende e Tilden Santiago<sup>7</sup>, por exemplo).

O governo, aplicando dispositivos aprovados, regulamentando outros e propondo novos, se empenhará em dar vigência aos seguintes requisitos, indispensáveis à democratização da comunicação:

- Garantia do direito “de antena” aos movimentos sociais e populares;
- Regulamentação da produção regional e independente;
- Proibição de procedimentos discriminatórios na propaganda e publicidade;
- Universalização da prova da verdade;
- Direito de resposta;
- Cláusula de consciência;
- Indenizações e multas para punir responsáveis por crime de imprensa.

O governo proporá medidas que visem:

- Criação da defensoria pública obrigatória para as vítimas de erros, mentiras, discriminações, distorções e manipulações feitas pela ou na imprensa escrita, falada e televisiva;

- Regulamentação do funcionamento da multimídia;

- Fixação de critérios para a programação de radiodifusão para atender às exigências legais e também promover adequado equilíbrio entre partes publicitárias e editoriais entre informação, lazer, cultura, manifestações artísticas e serviços ao público;

- Fixação de critérios para convocação de redes em caráter obrigatório e voluntário, total e parcial;

- Extensão do direito de convocar redes a chefes de casas legislativas e a prefeitos municipais;

- Obrigatoriedade de exibição, por cada uma das redes nacionais de televisão, de um programa semanal, a ser veiculado em horário nobre, atuando como



um *ombudsman*<sup>8</sup> da televisão brasileira, a ser produzido por uma fundação sem fins lucrativos e amplamente representativa da sociedade civil.

O governo também procurará:

- Aplicar programas de desenvolvimento do mercado nacional de comunicações e abordagem do mercado internacional orientado por objetivos culturais, políticos e econômicos;

- Estimular o desenvolvimento dos mercados nacionais das novas tecnologias de comunicação (TV a cabo, MMDS, DBS, Sistemas de Multimídia com as possibilidades de interatividade);

- Realizar estudos para um plano específico de implantação de um Sistema Nacional de TV a Cabo, amparado nos conceitos de rede única, rede pública e com a participação da sociedade. O sistema deve ser aberto, mesmo na sua operação privada, para todo e qualquer produtor que quiser operar regional ou nacionalmente e para todo e qualquer segmento social (sindicatos, entidades, associações) que deseje utilizar os canais que ficarão disponíveis para transmissões eventuais, inclusive de caráter não comercial;

- Realizar estudos para definir políticas para contrato de gestão com as empresas de telecomunicações;

- Aplicar programas para a criação do Circuito Nacional de Exibição Coletiva de Televisão e Vídeo, ou Salas de Cultura Contemporânea, por meio da instalação de salas com recursos técnicos (telão completo e cadeiras) para a exibição coletiva de televisão e vídeo;

- Adotar programas de disseminação de recursos de produção e tecnologia de cinema, televisão e vídeo, com ênfase na constituição de polos regionais de meios de produção (estúdios e equipamentos) privados ou públicos, bem como tecnologia de operação desses meios, capazes de apoiar a realização, em larga escala, de produções de televisão, vídeo e multimídia.

## Providências gerais

O governo estimulará, inclusive com a cooperação da iniciativa privada, campanhas e programas promocionais que visem aumentar o índice de alfabetização da população brasileira e o índice de leitura de jornais, revistas e livros.

O governo também buscará criar estímulos para o aumento do hábito de audiência de programas jornalísticos e culturais no rádio e na televisão. Da mesma maneira, estimulará a produção de formas e linguagens de comunicação que valorizem a diversidade, a pluralidade étnica e cultural e diferentes visões de mundo.

O governo procurará criar condições para que o gerenciamento da programação do sistema público seja feito pela própria comunidade, inclusive estudando a possibilidade de integrar o cidadão como co-mantenedor do veículo em sua região.

Procurará, ainda, garantir acesso do público às novas tecnologias e assegurar investimento em pesquisa.

Deverá, ainda, estimular a produção científica e técnica das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa na área das comunicações.

Serão também adotados programas de defesa da cidadania e da dignidade

humana na atuação dos meios de comunicação social, como síntese publicitária e de esclarecimento de todos os programas, condições e recursos que serão colocados à disposição do mercado, da sociedade e dos cidadãos.

Finalmente, o governo deverá iniciar estudos para adequar o programa Voz do Brasil<sup>9</sup> às necessidades da população.

**Fonte:** Programas de Governo, 1994. Partido dos Trabalhadores. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

## NOTAS

---

1. Empresa Brasileira de Radiodifusão – Radiobrás, criada através do decreto-lei 6.301 de 15 de dezembro de 1975, vinculada ao Ministério das Comunicações, tinha como objetivo operar e explorar os serviços de radiodifusão do Governo Federal. (N.E.)

2. Criada durante o governo de Getúlio Vargas em 1937 com o nome de Agência Nacional, foi extinta em 1988 pelo então presidente José Sarney. Em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Melo, volta a funcionar como Agência Brasil. Desde 2007, é gerida pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC, criada pelo Governo Federal no mesmo ano. (N.E.)

3. Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – Sinred, criado em 9 de agosto de 1983 através da portaria 344 do MEC com intuito de transmitir conteúdo educativo via rádio no Brasil. Em 1988 foi desativado, voltando a funcionar através da portaria 1.014 de 8 de julho de 1994, novamente encerrando suas atividades em 1998. (N.E.)

4. Lei 8.389 de 30 de dezembro de 1991, institui o Conselho de Comunicação Social como órgão vinculado ao Congresso Nacional, responsável pela realização de estudos que versem sobre a liberdade de expressão e informação, propagandas comerciais de produtos como tabaco e bebidas alcoólicas, monopólio e oligopólio dos meios de comunicação. (N.E.)

5. Lei 4.417 de 27 de agosto de 1962, instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações mantendo sob competência da União o Sistema Nacional de Telecomunicações. (N.E.)

6. Artigo 5, Capítulo V da Constituição Federal institui que “ Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. (N.E.)

7. Projeto de Lei 2.735/1992, propondo regulação da liberdade de imprensa, elaborado pelo então Deputado Federal Zaire Resende (1931-), candidato pelo PMDB-MG entre 1991-1995; 1995-1999 e 1999-2000. Assinado também por Tilden José Santiago (1940 -), deputado federal pelo PT entre 1991-1995; 1995-1999 e 1999 -2003. (N.E.)

8. Representante contratado por instituições privadas ou públicas encarregado de investigar, analisar e receber reclamações ou críticas contra o órgão em questão. (N.E.)

9. Programa de rádio, estatal, criado durante o governo de Getúlio Vargas em 1934 com o nome de Hora do Brasil. Em 1938 passa a ter veiculação obrigatória com informações sobre o Poder Executivo. A partir de 1962, os atos do Poder Legislativo também passam a ter veiculação obrigatória na rádio e, em 1971, durante a ditadura militar, tem seu nome alterado para A voz do Brasil. Desde então passa a transmitir informações sobre os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e também o Tribunal de Contas da União. (N.E.)

## o) A DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO – 1997

*Fernando Ferro<sup>1</sup>*

Neste final de século, a grande imprensa tem destacado o surgimento de novas tecnologias e a expansão de poderosos blocos de comunicação. Na verdade, está falando da economia, está falando de poder. À medida que surgem tecnologias de informação e se tornam mais abrangentes os sistemas de comunicação, maior é o poder que se adquire, mais complexo é o sistema, mais distante fica a sociedade do processo de produção da informação. As redes formadas, propriedades das grandes elites nacionais em parceria com as internacionais, não têm nenhum compromisso social ou político com a sociedade brasileira. E a sociedade, de acordo com os ditames da globalização de mercados, tem o papel único de consumidora.

É sob este contexto que o movimento pela radiodifusão comunitária se apresenta como o último grande movimento de democratização da comunicação deste século. Só uma rádio ou TV comunitária para permitir à sociedade que elabore e mantenha uma emissora; definindo seus programas, suas músicas, debates, entrevistas, o jornalismo que vai ao ar. Nenhum outro meio é tão democrático quanto este.

Neste momento, o Congresso discute a regulamentação das rádios e televisões comunitárias. O Projeto de Lei das rádios (1.541/96)<sup>2</sup> se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, depois de passar pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. No início deste ano, demos entrada num PL sobre TVs comunitárias<sup>3</sup> (que não pode ser confundido com a questão das televisões comunitárias a cabo, que já é motivo de lei aprovada nesta Casa, em 1995<sup>4</sup>).

Estima-se que existam hoje no Brasil mais de três mil rádios comunitárias e duas dezenas de TVs comunitárias. Para ficar no ar, estas emissoras estão encarando uma das brigas mais ferrenhas dentro do cenário político e econômico nacional. Elas brigam pelo direito de produzir e ter acesso à informação. Muitos companheiros sustentam uma luta em que o seu adversário é um dos homens mais poderosos deste país; uma pessoa que manda mais que cinco generais, quatro almirantes e dois brigadeiros, o todo-poderoso dono da Rede Globo de Televisão, Roberto Marinho. E, atenção, ele é apenas um dos adversários nesta briga – os donos da comunicação no país são rigorosamente contra as emissoras comunitárias. E, naturalmente, têm como parceiro o Governo entreguista brasileiro.

Se muito avançamos no Congresso, nas cidades e nos campos, foi devido ao esforço de companheiros que, ao lado da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço)<sup>5</sup>, conquistaram espaços vitais. Diante desta realidade, é importante que o Partido dos Trabalhadores mantenha a vanguarda da luta. Ainda mais que o avanço interessa – e muito! – às elites brasileiras, que veem nas emissoras comunitárias mais uma forma de domínio sobre a sociedade; não é de espantar que se tenham tornado “aliados” nesta batalha.

O PT, apoiado por sua Executiva, tem de estar atento e presente, e o momento é agora porque a direita, por ser organizada e rica, tem condições de ocupar rapidamente este espaço, alienando-o para servir aos seus interesses. Na verdade, ela

já tem feito isso. E o caso da UDR (União Democrática Ruralista), que criou uma associação de rádios “comunitárias” e está distribuindo equipamentos com seus filiados.

Finalmente, há um outro aspecto de grande importância: a questão cultural. A cultura brasileira vem sendo devorada na mídia devido ao poder econômico colonizante. Por natureza, o interesse das emissoras comerciais é o negócio; não têm compromisso cultural. Hoje, as emissoras comunitárias têm condições de fazer uma verdadeira revolução cultural, resgatando a nossa cultura, a alma do povo brasileiro, no que ela tem de mais original e diversificado. Portanto, é mais um motivo para os companheiros, em todos os estados, com o apoio da Executiva do PT, se engajarem neste movimento.

**Fonte:** Jornal *PT Notícias*, n. 39, ano I – 24 a 30 de março de 1997, p.2. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. No contexto, deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores/PE no mandato 1995-1999, reeleito 1999-2003; 2003-2007; 2011-2015. (N.E.)
2. Há um possível erro de edição no texto ao indicar o projeto 1.541/90. Trata-se do Projeto de Lei 1.521 de 1996, proposto por Arnaldo Faria de Sá, candidato pelo então Partido Progressista Brasileiro, no qual propunha a regulamentação da radiodifusão livre e comunitária. Foi transformado na lei ordinária 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária. (N.E.)
3. Projeto de lei 2.701/1997, proposto pelo autor do texto, Fernando Ferro, então deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, propunha regulamentação sobre o serviço de televisão comunitária. O projeto foi arquivado em 31 de janeiro de 2015. (N.E.)
4. Lei 8.977 de 6 de janeiro de 1995, dispõe sobre o serviço de televisão a cabo, no capítulo V, item g, propõe “um canal comunitário aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos”. (N.E.)
5. Associação criada em 25 de agosto de 1996, a entidade tem como luta o fim dos monopólios dos meios de comunicação no Brasil, através da difusão de rádios na cidade e no campo. (N.E.)

## p) COMUNICAÇÃO URGENTE LULA PRESIDENTE – 1998

Sérgio Mamberti e Tadeu Di Pietro – atores

Sem palavras, por meio de imagens emblemáticas e ações reveladoras, Chaplin<sup>1</sup>, em seu filme *Tempos Modernos*<sup>2</sup>, nos sensibiliza profundamente e nos faz compreender o impacto mecanicista da revolução industrial sobre o indivíduo.

Não foi necessário estabelecer uma complexa teia de conceitos e raciocínios para que aquelas cenas exemplares retratassem uma ampla e contundente crítica, facilmente assimilada por qualquer pessoa. Isto é capacidade de comunicação.

Sem querermos chover no molhado, gostaríamos de levantar mais uma vez um questionamento sobre a nossa capacidade de comunicação eficiente e moderna, tanto do ponto de vista interno como externamente. Se não temos clareza e agilidade para criarmos uma estrutura de comunicação eficiente e moderna, como poderemos pretender ser ouvidos e muito menos entendidos por aqueles a quem desejamos propor alternativas de ação política e social?

É sabido e notório que o modelo “democrático” de comunicação vigente no país vem gerando há longo tempo uma imagem viciada e distorcida dos partidos progressistas, omitindo fatos, deturpando a realidade e consolidando na sociedade um forte preconceito com relação às nossas propostas, descaracterizando inclusive de forma deliberada realizações e projetos bem-sucedidos.

Retrocedendo aos tempos da ditadura militar, em que a censura federal determinava os níveis de informação que poderiam ser veiculados, apenas uma visão parcial da realidade era disseminada. Havia uma face oculta da informação, que cedo ou tarde acreditávamos seria finalmente revelada. Doce engano.

Por meio de um processo de abertura democrática lento e gradual, estrategicamente planejado, o projeto de controle das elites sobre os meios de comunicação desenvolveu-se e foi sendo aperfeiçoado, adquirindo características e sutilezas que nem o **Big Brother**<sup>3</sup> poderia imaginar.

As concessões de rádio e TV, que sempre foram mercadoria de escambo do poder, multiplicaram-se de forma assustadora, tornando-se feudos de parlamentares situacionistas e de grupos econômicos e familiares mancomunados com o governo.

Como contraponto, gostaríamos de lembrar ainda a perseguição sistemática a que vem sendo submetidas as rádios comunitárias, tanto do ponto de vista legal como em campanhas públicas difamatórias, sendo taxadas pelo governo e pelos grupos privados de comunicação de piratas, impedindo seu livre funcionamento.

É evidente que as oligarquias têm um projeto sofisticado e abrangente, preocupando-se em manter o controle e a hegemonia não apenas sobre os meios (emissoras de rádio e tv, jornais, revistas e outras publicações), mas principalmente sobre a forma e o conteúdo.

As informações nos dias de hoje são emitidas ou omitidas de acordo com os interesses e conveniências dos grupos dominantes, manipulando conceitos, estabelecendo regras de conduta e critérios de valores totalmente desvinculados dos

preceitos éticos e morais que deveriam nortear a comunicação democrática, em flagrante desrespeito à Constituição e a cidadania.

Esta ação nociva não se dá apenas de forma subliminar, mas também de forma escancarada e desabusada. Relembremos o Proconsult-82<sup>4</sup>, Diretas Já - 84<sup>5</sup>, Collor-89<sup>6</sup>, *Impeachment*-92<sup>7</sup>, o caso Lubeca<sup>8</sup>, os casos Ricupero e Bisol em 94<sup>9</sup>, sem falar na elaboração virtual da candidatura Pitta-96<sup>10</sup>, na transformação das vítimas dos massacres de Corumbiara e Eldorado de Carajás<sup>11</sup> em réus, da cobertura sempre facciosa sobre as ações do MST e outros movimentos sociais e organizações sindicais, mas principalmente no rolo compressor que já se manifesta claramente com relação a chapa Lula/ Brizola.

A ponto de um ministro estrangeiro, em visita oficial ao país, emitir opiniões aleatórias e ofensivas sobre o Projeto de Governo da União do Povo – Muda Brasil<sup>12</sup>, com interferência ostensiva no processo eleitoral, ferindo nossa soberania com uma atitude tipicamente colonialista.

Neste momento histórico, em que pela primeira vez os partidos progressistas se unem para derrotar as forças conservadoras secularmente instaladas no poder, ameaçando as aspirações de continuísmo do governo FHC<sup>13</sup> e o modelo neoliberal vigente no país, seria imperdoável ignorar o peso dos meios de comunicação na luta política, sob pena de sermos derrotados, numa conjuntura em que nossas propostas de transformação têm todas as condições de serem favoravelmente assimiladas pela população, conduzindo-nos à vitória.

Como afirma Vicente Paulo da Silva em seu artigo na *Folha de S.Paulo*, sobre a privatização da Telebras<sup>14</sup>, “assistimos hoje a uma corrida das grandes corporações multinacionais e dos países mais ricos, que disputam, com apetite impressionante, o domínio das redes e sistemas de telecomunicações em todo o mundo. Querem ter sob seu poder toda e qualquer informação científica, tecnológica, gerencial, financeira e política. Sabem que informação é poder”.

Urge, portanto, que os partidos que compõem a União do Povo - Muda Brasil se unam na luta pela democratização e por uma ética nos meios de comunicação, de forma a reunir forças para enfrentarmos juntos a tarefa de criarmos um Conselho de Comunicação e Cidadania.

Neste artigo, que não tem a menor pretensão de abordar a multiplicidade de aspectos que englobam o conceito de comunicação, uma vez que o tema é vasto e exige longas considerações, queremos sobretudo lançar uma proposta que vimos tentando viabilizar desde 1989, que mais do que uma ideia, é um desafio: a criação imediata de um projeto de comunicação e cidadania, que atenda às necessidades estratégicas da campanha, mas que futuramente se consolide de forma permanente em um órgão que possa vir a atender nossas demandas históricas, para as transformações culturais, sociais e políticas que sonhamos para o Brasil.

A Coordenação da União do Povo – Muda Brasil acolheu o nosso pleito de braços abertos e já estamos dando os passos necessários para que, no início de agosto, esteja constituído um Conselho formado por uma área técnica de comunicação, artistas, intelectuais, representantes de movimentos sociais e formadores de opinião e um eixo político, que além de discutir e opinar sobre os rumos da campanha, deverá formular e viabilizar a abertura de canais de comunicação com a sociedade,

criando uma interação democrática que certamente poderá fornecer à militância instrumentos preciosos de atuação, oxigenar as ações da Coordenação e ampliar consideravelmente a divulgação do nosso Programa de Governo.

Para novas informações, esperamos entrar em contato com vocês o mais breve possível contando com o apoio de todos nesta luta. À vitória, companheiros!

**Fonte:** Jornal *PT Notícias*, n. 65, ano II, 27 de julho a 2 de agosto de 1998, p. 2. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. Charles Chaplin (1889-1977), ator, diretor, roteirista e comediante londrino.
2. *Tempos Modernos* (*Modern Times*), filme de 1936 com roteiro e direção de Charles Chaplin, refletia as transformações provocadas pela Revolução Industrial no mundo moderno.
3. Referência ao ditador de Oceania, um Estado totalitário descrito no livro *1984*, do escritor inglês George Orwell (1903-1950). Nesta obra, as pessoas estão submetidas constantemente à vigilância do “Grande Irmão” que, através das teletelas – aparelhos presentes em diversos lugares da sociedade –, transmitem propagandas políticas oficiais constantemente reproduzindo a mensagem: “Big Brother is watching you”. (N.E.)
4. O caso conhecido como “Proconsult” refere-se à discrepância na contagem de votos realizada pela empresa Proconsult durante as eleições de 1982, na qual concorria Leonel Brizola (PDT) e Wellington Moreira Franco (PDS) para governador do Rio de Janeiro. O *Jornal do Brasil* estampou como manchete em sua edição de 27 de novembro de 1982 a notícia de que houve uma fraude no sistema de contagem. (N.E.)
5. Movimento civil em favor das eleições diretas, ocorrido em todo o país. No dia 25 de janeiro de 1984, ocorreu na praça da Sé outra manifestação em favor das eleições diretas. A Rede Globo de Televisão, no entanto, noticiou que se tratava de uma comemoração pelo aniversário de 430 anos da cidade de São Paulo. (N.E.)
6. Referência à acusação de que a Rede Globo de Televisão durante os debates entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo teria favorecido o segundo por meio da seleção de melhores momentos para exibição em rede nacional. Os dois debates ocorreram em 3 e 13 de dezembro de 1989, respectivamente. (N.E.)
7. Para acompanhar a cobertura do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo, é possível consultar o acervo *online* de alguns periódicos de circulação regional e nacional, como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Veja*. (N.E.)
8. Vide nota 12, p. 56.
9. Referência aos candidatos José Paulo Bisol, vice da chapa de Lula para presidente e do ministro da Fazenda Rubens Ricupero (março-setembro de 1994). (N.E.)
10. Referência à campanha do ex-prefeito da cidade de São Paulo entre 1997-2000 Celso Roberto Pitta do Nascimento (1946-2009).



11. O primeiro refere-se ao massacre de trabalhadores rurais ocorrido em Corumbiara, no estado de Rondônia, onde havia um acampamento de trabalhadores sem terra na fazenda Santa Elina. No dia 9 de agosto de 1995, a polícia reprimiu o movimento resultando na morte de 10 pessoas, número divulgado pela imprensa, no contexto. O segundo refere-se ao Massacre de trabalhadores rurais ocorrido na cidade de Eldorado dos Carajás no estado do Pará, no dia 17 de abril de 1996, que resultou em 19 trabalhadores mortos pela polícia militar do Estado. (N.E.)
12. União do Povo – Muda Brasil é o projeto político da coligação partidária PT/PDT/PCdoB/PSB/PCB com o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidente, com vice Leonel Brizola (PDT). (N.E.)
13. Referência ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1931-), sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político. Foi eleito presidente da República em 1994, tendo sido reeleito em 1998, governando o país até 2002. (N.E.)
14. SILVA, Vicente P. da. Outra proposta para Telebras. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 de julho de 1998, Caderno Opinião, p. 3. (N.E.)

## q) VOCÊ SABIA, COMPANHEIRO? – 1999

Sérgio Mamberti – Ator e produtor cultural

Tadeu Di Pietro – Ator

É urgente a criação de sistema de comunicação democrático

O governo FHC vai realizar um leilão nos próximos dias para permitir que trinta e sete empresas multinacionais e cinco brasileiras concorram para o arrendamento de áreas, onde se sabe que existem bilhões e bilhões de barris de petróleo. As multinacionais estão comprando por R\$ 300 mil os estudos que a população brasileira financiou durante décadas, garantindo a elas que é apenas perfurar e o petróleo começar a jorrar. As ofertas iniciais das empresas interessadas nessas áreas são de apenas R\$ 50 mil a R\$ 150 mil. Isso sem falar nos impostos, que o governo alega que serão o fator de compensação destes preços tão baixos, quando na verdade é uma taxa cobrada normalmente em qualquer lugar do mundo sobre a exploração do petróleo, variando de 60% a 90% e aqui vai ser cobrada a um nível muito mais baixo, de 19% a 50%. Ou seja, os preços daqui vão ser os mais lucrativos do mundo e a parte do governo, isto é, do país, vai ficar entre as menores do mundo. Você sabia disso, companheiro? (*Folha de S.Paulo – Aloysio Biondi – 05/06/99*).

A rapidez do desmantelamento do Estado e da economia nacional é de tirar o fôlego de qualquer cidadão brasileiro que tenha uma noção mínima da história desse país. Agora mesmo acaba de ser anunciado que a tarifa de energia elétrica será em dólar, para que as filiais das multinacionais possam fazer um negócio garantido, quando avançarem sobre o que sobra do filé mignon do sistema elétrico brasileiro.

Em busca do futuro, os “professores banqueiros” que pousaram em Brasília como donos do país, embarcados na máquina desregulada da globalização financeira, parecem anti-heróis de uma história de *science-fiction*, regressando 100 anos nossa história, quando foi fundada a Light<sup>1</sup> no Brasil. O governo FHC está em vias de proclamar a “tarifa-ouro” que foi permitida no Império e depois na Velha República, para que o capital financeiro inglês pudesse operar no Brasil com garantia ouro-libra.

A atual proposta de dolarização das tarifas de serviços públicos é o começo da aceitação do padrão dólar como moeda de operação no território nacional, tentando manter o valor financeiro das concessionárias estrangeiras de serviços públicos, como se estivessem operando no mercado global. Você sabia disso, companheiro? (*Folha de S.Paulo – Maria da Conceição Tavares – 06/ 06/99*).

Você sabia quanto vai pagar o filme *Star Wars*, mega produção norte-americana de George Lucas, para entrar no mercado brasileiro? Uma pechincha, companheiro! Apenas R\$ 1.090. Não, não é engano, é só isso mesmo! E você sabia com quantas cópias o filme será lançado? 400!!! Qual o potencial de renda? De US\$ 12 milhões a US\$ 15 milhões só na bilheteria, sem contar o *merchandising*.

O Brasil gasta por ano US\$ 680 milhões para importar produtos audiovisuais e exporta menos de US\$ 40 milhões. Nosso déficit na balança externa é, portanto, de US\$ 640 milhões. E sabem quantos filmes brasileiros estão na prateleira esperando exibição? Trinta e cinco filmes, sem data prevista, se é que serão exibidos algum dia.

Enquanto nos anos 1960 chegamos a ocupar 30% do mercado brasileiro com sucesso, em 1990 não chegamos a 5%. É justo isso, companheiro?

Pois fique sabendo que nesta mesma semana os magnatas do aço americano acusaram formalmente o Brasil de *dumping* contra sua “pobre” indústria de laminados finos, sem contar as sobretaxas ecológicas cobradas sobre nossas laranjas e carnes e os pesados impostos contra nossos sapatos. Basta do lero-lero ideológico, que o Consenso de Washington<sup>2</sup> nos empurra goela abaixo: cooperação para o desenvolvimento, capitalismo associativo, mercados abertos em doce convívio democrático, porque *Star Wars* entrar aqui pagando R\$1.090,00 (hum mil e noventa reais) é tudo, menos democracia! (*Folha de S.Paulo – Arnaldo Jabor – 08/06/99*).

Você sabia, companheiro, que somos o país de maior mega diversidade do planeta e que, portanto, a apropriação dos recursos genéticos do nosso país é questão central?

E o que pensa fazer o governo FHC sobre isso? Nada menos do que a transferência de uma riqueza que é patrimônio de interesse público para a indústria de biotecnologia. O projeto de lei de regulação do acesso aos recursos genéticos<sup>3</sup> elaborado pelo Executivo é um exemplo de engenharia neoliberal, incluindo o patrimônio genético, exceto o humano, como bem da União, equiparando-o aos minérios e atribuindo-lhes um caráter exclusivamente comercial, ignorando os aspectos sociais e ambientais da biodiversidade.

No cerne desse projeto, encontram-se as definições de patrimônio genético, que têm o extraordinário poder de converter as plantas, os animais, os microrganismos e todo o conhecimento coletivo elaborado ao longo de séculos num enorme banco de dados virtuais, que o Estado poderá vender como bem entender.

Segundo o jurista Carlos Marés<sup>4</sup>, o patrimônio genético só é nacional como virtualidade, como ideia dele na natureza. Mais, só é nacional até sua apropriação privada: uma vez compradas no varejo, as informações virtuais podem ser patenteadas e monopolizadas pela indústria da biotecnologia. Parece ficção científica, mas não é.

A virtualização da economia, a que estamos submetidos pelo governo FHC, já provocou nos últimos tempos uma gigantesca transferência de recursos da esfera pública para os bancos e fundos de investimentos, comprometendo o futuro da próxima geração. A virtualização da biodiversidade vai mais longe: permite a invisível transferência e a alienação das bases da própria vida. (*Folha de S.Paulo – Laymert Garcia dos Santos – 08/06/99*).

A multiplicidade de informações e de frentes de luta, que se abrem diariamente, exigem uma ação cada vez mais ágil da nossa estrutura partidária, em busca de soluções que se contraponham à barbárie neoliberal, mobilizando a militância e a sociedade como um todo, nos colocando cada vez mais diante da urgência de criação do nosso sistema nacional de comunicação e cidadania.

E mais:

- A tramitação no Congresso de alterações na Lei de Comunicação de Massas de forma sigilosa, alterando o projeto do ministro Sérgio Motta<sup>5</sup>, com notória influência da Abert;

- A proposta de emenda nº 455 de 1997, de autoria do deputado Aloysio Nunes Ferreira, dando nova redação ao Artigo 222 da Constituição Federal<sup>6</sup>, abrindo ao

capital estrangeiro a participação em empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

- E a proposta de emenda 203-A de 1995, do deputado Laprovita Vieira<sup>7</sup>, dando nova redação ao parágrafo primeiro do Artigo 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o parágrafo segundo do referido Artigo, o que possibilitaria às empresas ou entidades sem fins lucrativos possuírem empresas jornalísticas e de radiodifusão, o que nos permitiria inclusive pleitear um canal para o próprio partido, devem merecer dos nossos parlamentares e da direção nacional uma atenção mais que especial, neste momento em que nos preparamos para um embate decisivo nas próximas eleições.

Você não acha, companheiro? Antes que seja tarde demais.

**Fonte:** Jornal *PT Notícias*, n. 78, ano III, 10 a 23 de junho de 1999. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

1. Light – Serviços de Eletricidade S/A, privatizada em maio de 1996 através do Decreto 572 de 22 de Junho de 1992, inserida no Programa Nacional de Desestatização instituído pela lei 8.031 de 12 de abril de 1990. (N.E.)

2. Nome dado ao encontro ocorrido em Washington, em 1989, convocado pelo Institute for International Economics com o título “Latin American Adjustment: How Much has Happened?”. Contou com a presença do Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial, BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e de economistas latino-americanos. (N.E.)

3. Projeto de Lei que regulamenta o inciso II do parágrafo 1º e 4º do artigo 225 da Constituição, e também os artigos 1, 8, j, 10, c, 15 e 16, parágrafos 3 e 4 sobre a diversidade biológica, defendida pela lei 2.519 de 16 de março de 1998. Regulamenta o acesso ao patrimônio genético no Brasil, permitindo a exploração econômica deste, bem como a remessa para o exterior de organismos vivos ou mortos, excetuando o acesso ao patrimônio genético humano. (N.E.)

4. Carlos Frederico Marés de Souza Filho (1946-) jurista brasileiro, atualmente é professor titular de Direito Socioambiental da PUC-PR. (N.E.)

5. Projeto de lei proposto pelo então ministro das Comunicações Sérgio Motta (1940-1998) em 1995, foi publicado de maneira não oficial em 1999 já em sua quinta versão. O projeto “Lei de Comunicação Eletrônica de Massa” propunha alteração na legislação do Código Brasileiro de Telecomunicação 4.117/62 no que se referia à TV por assinatura e a cabo.(N.E.)

6. Proposta de Emenda à Constituição – PEC 455 de 1997, de autoria do então deputado federal Aloysio Nunes Ferreira pelo (PSDB), propunha nova redação ao artigo 222 da Constituição Federal, no qual instituía que “A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual”. O projeto do deputado propunha que pelo menos 70% pertencesse a brasileiros natos. (N.E.)

7. Proposta de Emenda à Constituição 203 de 1995, propunha revisão no artigo 222 da Constituição Federal “Possibilitando as entidades sem fins lucrativos participarem no capital social de empresa jornalística de radiodifusão”. A autoria é de Odenir Laprovita Vieira (1938-), deputado pelo então Partido Progressista Brasileiro (PPB). (N.E.)

## r) CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO – 2000

A estratégia de comunicação do PT deve contemplar dois elementos básicos:

1. A exigência de um tratamento democrático, não discriminatório ao partido, na mídia – o que é inseparável da luta pela democratização das comunicações no Brasil;
- e 2. A luta pelo desenvolvimento dos meios de comunicação próprios e do movimento democrático e popular – o que é um aspecto importante da luta pela democratização do acesso à informação.

### I. Pronta resposta

1. O DN deve criar (e estimular outras instâncias a fazerem o mesmo) um serviço de pronta resposta com a função de corrigir com rapidez mentiras, meias verdades e principalmente tentativas de difamação do partido e suas lideranças pelos meios de comunicação. Outros objetivos deste serviço são ocupar mais espaço, dialogando com a mídia e manter a memória documentada das relações entre o partido e a imprensa.

2. O serviço, coordenado por um jornalista experiente, precisa tornar-se parte da rotina partidária. O dia de um operador do serviço deve começar com a avaliação matinal do *clipping* eletrônico de jornais e revistas disponível do *site* do partido e de um *clipping*, a ser criado, dos programas de rádio e TV que cubram pelo menos os noticiosos e programas políticos mais importantes das principais emissoras. O coordenador decide o que deve ser respondido, como fazê-lo e, eventualmente, por quem.

3. É importante que as respostas sejam bem documentadas, informativas e substantivas, e não adjetivadas. Podem variar desde um elogio a um jornal por uma matéria boa, acrescida de mais alguns detalhes, até a exigência do direito de resposta para corrigir material calunioso ou difamatório. O PT não deve colocar-se acima da crítica, antagonizar os jornalistas ou promover patrulhamento ideológico. Deve apenas reclamar por respeito e isenção por parte da imprensa.

4. As respostas devem ser curtas e objetivas e, quando couber, devem conter logo no começo um elogio ao jornalista ou à matéria, nem que seja para dizer que “foi muito oportuna”, e ainda corrigir as informações erradas ou publicadas fora de contexto, evitando o terreno da divergência ideológica. Em casos de calúnias, seus promotores devem ser levados à justiça.

5. Este esforço deve incluir a contratação de uma Assessoria Jurídica especializada em Lei de Imprensa com a função de orientar o DN e os DRs nas situações de conflito com a grande mídia e, eventualmente, de acionar a justiça sempre que necessário.

6. O PT deve propor que as entidades da sociedade civil organizada na área da comunicação – Fenarj<sup>1</sup>, ABI etc. – atuem no sentido de exigir da mídia um tratamento democrático, equânime e não parcial na confecção dos seus noticiosos.

7. Outra iniciativa é estimular a militância e os atores sociais a produzirem respostas adequadas e rápidas – cartas, telefonemas etc. – sempre que algum veículo

de comunicação comporte-se de maneira aética em relação ao partido, distorcendo opiniões e fatos para beneficiar interesses particulares e de grupos.

8. O PT deve investir na contratação de profissionais qualificados nas áreas de comunicação e assessoria de imprensa, superando o amadorismo e alcançado uma plena profissionalização.

## II. Democratização dos meios de comunicação

1. Que as nossas bancadas na Câmara e no Senado deem a devida importância à luta pela instalação imediata do Conselho Nacional de Comunicação, já aprovado conclusivamente e cujo processo está engavetado no Senado. É indispensável que esta seja uma luta do conjunto do partido.

2. Que as nossas bancadas coloquem entre suas prioridades estratégicas a intervenção na esfera da democratização das comunicações. Para tanto, entre outras medidas, devem ser preenchidos todos os postos a que temos direito na Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia da Câmara.

3. Que intensifiquemos o combate à política antidemocrática do governo de distribuição de canais de TV e estações de rádio segundo critérios fisiológicos.

4. Apoio aos movimentos que lutam contra qualquer tipo de censura sobre a internet e em prol de medidas que facilitem o acesso do conjunto da população à rede. Entre as medidas imediatas, destacamos a aprovação de uma lei obrigando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a disponibilizar um endereço eletrônico para cada cidadão e cidadã brasileira. A bancada do PT na Câmara dos Deputados já apresentou projeto com este objetivo, o qual deve ser transformado num objeto de luta de todo partido.

5. Que o PT se posicione formalmente no sentido de que a Administração Pública, em todos os níveis, adote o *software* aberto nos seus processos de informatização. O *software* aberto, além de ser uma tecnologia mais eficiente, mais barata e mais segura, é a única alternativa ao controle monopolista dos programas, comandado pela Microsoft<sup>2</sup>.

6. Que estimulemos a criação de espaços de interação entre meios alternativos de comunicação, visando uma maior coordenação de suas políticas editoriais, tendo em vista capacitá-las para influírem sobre as pautas do conjunto da mídia.

7. Que o DN estimule a criação de fóruns partidários permanentes de debate sobre o tema das comunicações tendo em mente que a construção de alternativas, além da utilização dos meios empresariais, facilita a participação da comunidade e o fortalecimento da democracia. A formação de uma rede de trabalhadores em comunicação e de outras pessoas que possam agregar conhecimentos e contribuir permanentemente na formulação da nossa política de comunicação pode contribuir para esta tarefa.

8. Que se crie o Coletivo de Comunicação do PT, formado por: Secretário Nacional e Secretários Estaduais de Comunicação – ou, onde não houver, um dirigente indicado pela Executiva Estadual – e por um representante do Setorial de Rádios Comunitárias.

9. Que realizemos, de preferência no início de 2001, a II Conferência Nacional de Comunicação, destinada a aprofundar o debate sobre o projeto de comunicação

petista e formular novas propostas no sentido de viabilizá-lo. A conferência deverá ser precedida por conferências estaduais e, onde necessário, municipais.

### **III. Rádios Comunitárias**

1. Aprofundar a oposição à política repressiva do governo às rádios comunitárias, através da Anatel<sup>3</sup> e da Polícia Federal, sob o comando da Abert e com a convivência do Poder Judiciário.

2. Uma tarefa desta luta é a denúncia das práticas repressivas aos organismos internacionais e de defesa dos direitos humanos.

3. Luta pela democratização da legislação que regulamenta as rádios comunitárias e pela agilização e transparência dos processos de licitação. Mobilização partidária em favor da aprovação do projeto de lei<sup>4</sup> encabeçado pelos deputados Walter Pinheiro e Fernando Ferro, propondo a alteração da lei 9.612<sup>5</sup>.

4. Tomada de posição das bancadas na Câmara e no Senado em relação aos processos de liberação de rádios comerciais e de rádios comunitárias, contando para tanto com o apoio da militância, a quem cabe fornecer informações sobre os pedidos de licitação de rádios comunitárias em tramitação.

5. Estímulo à criação de núcleos da Frente Parlamentar em defesa das rádios comunitárias em todos os estados.

6. No enfrentamento imediato da repressão, é indispensável que o partido ofereça respaldo jurídico aos militantes atingidos, que devem ser estimulados a recolocar suas rádios no ar.

### **IV. Agência de Notícias**

1. A opção do PT deve ser pela criação de um sistema de comunicação independente em relação ao Estado e à mídia empresarial monopolista. Um sistema comprometido com uma cobertura dos acontecimentos não manipulatória e que fortaleça a cidadania; que promova a reflexão e o debate dos problemas nacionais, em busca de alternativas para enfrentá-los; que informe e reflita igualmente sobre os acontecimentos e problemas mundiais; que contribua decisivamente para a democratização da informação em todos os domínios.

2. Partimos da avaliação de que prevalece no Brasil a completa fragmentação dos meios de comunicação populares. Pequenos meios, como jornais sindicais e de outras entidades, rádios e outros órgãos comunitários, boletins de instâncias partidárias, publicações de grupos independentes etc. operam de forma desarticulada, o que despotencializa a todos, econômica e editorialmente, impedindo a sua conformação como sistema integrado de comunicação. Contribuir para a articulação destes meios, respeitando-se a autonomia de cada um deles é, portanto, a tarefa mais importante deste momento.

3. Fazem falta, decisivamente, grandes órgãos nacionais capazes de pautar e oferecer conteúdos a esta enorme multiplicidade de meios. Não por acaso, tem sido enfatizada, unanimemente, a necessidade de um jornal diário ou uma revista semanal, cuja viabilização deve ser um dos nossos objetivos fundamentais. Mais recentemente vem ganhando adeptos a ideia de criação de uma agência de notícias do



PT, assim como têm surgido iniciativas na mesma direção, como a agência da CUT e de grupos independentes.

4. Uma agência de notícias, dependendo da sua qualidade e do seu alcance, pode desempenhar neste momento um importante papel articulador. Para tanto, terá que se constituir num fator de agregação de forças para a coleta e sistematização de informações, em tempo real, e sua disponibilização, gratuitamente, para todos os meios de comunicação do país. Criá-la implica numa tarefa organizativa que desafia a vontade política do partido, mas requer, sobretudo, capacidade para conquistar credibilidade. Porque não há meio de comunicação potente se não é crível.

5. O fundamental para se criar uma agência, como de resto qualquer órgão de comunicação que se pretenda alternativo, não é o meio, e sim o conteúdo. O sucesso da iniciativa dependerá, portanto, da nossa capacidade para reunir profissionais de imprensa qualificados e nossas melhores forças intelectuais para a tarefa da disputa política e cultural a que a agência se proporá. Até mesmo porque a internet, com os meios tecnológicos já adquiridos pelo partido, ajuda a resolver o problema do meio de forma barata e eficiente. Atualmente, as agências de notícias nacionais e internacionais, sem exceção, operam via internet.

6. A agência deverá contar com: 1. Um corpo de redatores e editores centralizados em São Paulo e em Brasília; 2. Correspondentes nos estados, nos governos e no exterior; 3. Um corpo de colaboradores qualificados na intelectualidade, nos meios jornalísticos, entre os artistas, especialistas e lideranças políticas; 4. Parcerias com entidades nacionais e com outros órgãos de comunicação do país e do exterior. Criar esta estrutura é tarefa imediata para as instâncias do partido (DN e DRs, principalmente).

7. As qualidades básicas que devem ser exigidas de um profissional de imprensa que pretenda trabalhar para o PT são: conhecimento da política e da realidade do PT, experiência profissional, inclusive no uso da internet, qualidade de texto e comprovada seriedade no exercício da profissão.

8. Sendo a internet um meio convergente de tecnologias e conteúdos, a agência, mesmo que no início trabalhe apenas com texto e imagem estática, poderá e deverá operar também com áudio e vídeo.

9. O sucesso da agência dependerá da sua capacidade para estabelecer parcerias com os meios de difusão existentes, jornais, rádios etc. A agência só terá sentido como peça que se articule com muitas outras, de variada natureza. A Internet não é, por si só, um meio de comunicação de massa, precisa de maneira vital dessa articulação com os outros meios.

10. Simultaneamente à estruturação da agência, o partido deve realizar uma reavaliação geral do jornalismo petista, no sentido de torná-lo mais informativo, mais substancioso e mais comunicativo.

11. O DN deverá definir a política editorial da agência e, para tanto, buscará a colaboração dos companheiros profissionais de imprensa mais qualificados e ouvirá amplamente os profissionais de comunicação do partido.

## V. O site do PT

1. O site do PT está sendo totalmente reestruturado, em consequência de contrato assinado pelo partido, para este fim, com UOL. Os trabalhos vêm se desenvol-

vendo desde maio e o cronograma prevê que serão concluídos em agosto próximo. Por este projeto, o PT disporá, na internet, de uma área pública capaz de operacionalizar a Agência de Notícias e abrigar inúmeros outros conteúdos e serviços úteis e de interesse para o partido e a sociedade.

2. Dada a importância política e cultural do PT, a decisão de apostar na internet, com os meios tecnológicos que adquirimos, capacita-nos para o desafio de transformar o nosso *site* num verdadeiro portal do partido.

3. O novo *site* oferecerá ainda uma área reservada, destinada à comunicação interna entre instâncias, dirigentes e militantes. Esta área, devidamente utilizada, poderá significar um grande avanço na circulação de informações com rapidez e em todas as direções, através de todo o corpo partidário. Poderá significar, portanto, um passo importante para: 1. O aprofundamento da democracia interna; 2. A informação e maior capacitação da militância; 3. O desenvolvimento da capacidade organizativa, de orientação e mobilização rápida do conjunto do partido; 4. A redução significativa dos custos com tarifas postais, entre outras.

4. A plena utilização desses recursos exige um esforço concentrado das instâncias e dos dirigentes, em particular do DN, no sentido de: 1. Cadastrar a grande maioria dos militantes e dirigentes (o Cartão Especial do PT é o instrumento básico para isso); 2. Informatizar o conjunto do partido (instâncias, mandatos etc.); 3. Desenvolver no partido uma cultura que favoreça a transformação das estruturas partidárias no sentido indicado.

5. O DN examinará a possibilidade e conveniência de padronizar os nomes de domínio a partir do <www.pt.org.br>, de maneira a estabelecer um único padrão de endereçamento para o conjunto das instâncias partidárias.

## VI. Outros meios

1. A Conferência constata a necessidade de se agendar imediatamente o debate sobre outros meios, como TVs Educativa e Comunitária, TV a Cabo, Rádio etc.

2. Sobre o tema da TV Educativa, observou que as emissoras dos estados que governamos manifestam o mesmo problema de baixa audiência que, em geral, afeta as Educativas. Situações herdadas de governos passados não serão revertidas facilmente, mas enfrentá-las é um desafio fundamental para os nossos governos.

3. Quanto ao estatuto jurídico das TVs Educativas, a Conferência posiciona-se no sentido de que se constituam em canais públicos de comunicação, e não em órgãos meramente estatais, destituídos de função social significativa.

**Fonte:** 3º Caderno de Resoluções do Diretório Nacional e Comissão Executiva Nacional. Secretaria Nacional de Organização. Agosto de 2000, p. 16-19. Acervo do CSBH-FPA.

## NOTAS

1. É possível que tenha um erro na grafia da sigla e o autor refira-se à Fenaj– Federação Nacional dos Jornalistas, criada em setembro de 1946 com intuito de regular regras para a profissão de jornalista, defender a liberdade de comunicação e participar dos debates sobre a democratização das comunicações. (N.E.)

2. Empresa fundada em 1975 com sede em Washington – EUA, especializada no fabrico de *softwares* para computadores. (N.E.)
3. Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações, criada pela lei 9.472, de 16 de julho de 1997, como um órgão regulador das telecomunicações. (N.E.)
4. Projeto de lei 2.701/1997, proposto pelo autor do texto, Fernando Ferro, então deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, propunha regulamentação sobre o serviço de televisão comunitária. O projeto foi arquivado em 31 de janeiro de 2015. (N.E.)
5. Lei 6.612 de 19 de fevereiro de 1998, instituiu o serviço de Radiodifusão Comunitária. (N.E.)

# s) SETORIAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: BALANÇO E PERSPECTIVAS – 2001

*Coordenação Nacional do Setorial de Comunicação Comunitária do PT*

## **Balanço**

Aprovado no segundo Congresso Nacional por unanimidade das forças políticas que compõem o PT, o Setorial Nacional de Comunicação Comunitária, sem dúvida alguma, foi um passo adiante no processo organizativo das lutas pela democratização da comunicação. Saímos da condição de Coletivo para nos tornarmos uma instância partidária, com reconhecimento político e institucional.

Em questões políticas, no entanto, o mais importante não é a formalidade, a institucionalidade, e sim a prática, as lutas concretas, a ação transformadora das realidades. E, nesse aspecto, infelizmente, avançamos muito pouco.

Como dentro do PT, infelizmente, os processos eleitorais tomam conta da vida partidária, após o segundo Congresso entramos na loucura das demandas do calendário eleitoral. Por isso, foi por água a baixo o plano de ação aprovado na tese que criou o Setorial: realização de encontros estaduais, constituição dos setoriais nos estados, continuidade no processo formativo, maior intervenção nas eleições municipais etc. Pouco do que foi estabelecido foi implementado de fato.

A nossa autocrítica para a pouca dimensão alcançada pelo Setorial inclui também a falta de recursos, de companheiros liberados e, principalmente, a incompreensão da Direção Nacional com o tema. A DN parece não acreditar nas mídias alternativas, insistindo na estratégia de sustentar uma comunicação que garante a existência e o rejuvenescimento do atual modelo de comunicação; um modelo que já se provou e se prova todos os dias ser inimigo bestial de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. O não investimento da DN nas lutas do Setorial e nas mídias alternativas foi (e é) um dos principais motivos para que o setorial não avançasse.

Apesar dessas tantas dificuldades, podemos registrar grandes feitos: conseguimos realizar reuniões da coordenação com a participação nos Diretórios Nacionais; articulação do Setorial com o Coletivo Petista no Congresso Nacional, agregando-o numa ação conjunta; produção de um número razoável de matérias e artigos sobre comunicação, disponibilizados para veiculação nos órgãos informativos do partido; produção de cartilhas e demais informes básicos sobre o tema; manutenção de uma rede de informações; realização do seminário estratégico do Setorial/coletivo/parlamentares e militantes; página na internet, que deverá entrar no ar por esses dias.

Nosso maior desafio, sem sombra de dúvidas, é a organização dos setoriais nos estados, e a incorporação da luta pela democratização da comunicação pelos diretórios e zonais, para que nossos discursos, consensuais no que tange a importância tática e estratégica da luta, possa se tornar prática no dia a dia de nossas ações partidárias.

## **Perspectivas**

O país já vive o clima das eleições de 2002. Agora nossa atenção deve ser redobrada porque o Governo FHC e a elite que o sustenta já desencadeou sua estra-

tégia visando se manter no poder. Temos visto ações popularescas que contam com o apoio explícito da mídia tradicional. O processo inclui a cooptação do movimento, popularização das rádios através do Projeto Alvorada, uso do expediente das Medidas Provisórias para concessão de licenças provisórias para Rádios Comunitárias, propostas de alteração na legislação para atender aos reclamos do movimento... Tudo isso, evidentemente, abre um imenso campo de ação para a direita – o movimento, quebrado na coluna central, gera os satisfeitos com “o Governo que apoia às emissoras comunitárias”.

A elite, por sua vez, é atendida com a oferta de mais sesmarias no campo da comunicação, ao se abrirem as bandas digitais para rádio e TV. Tudo isso fica mais claro ainda quando o Ministro das Comunicações tira do arquivo e apresenta ao país a tão esperada Lei da Radiodifusão. Este é o momento da barganha. Afinal, é tido como fato pelo governo, a entrega de novos canais digitais aos atuais proprietários, sem a necessidade de licitação.

O quadro, portanto, aponta para uma animada distribuição de bens políticos/econômicos, em especial na área da comunicação. O Governo distribui alguns bens com o povo, como quem distribui cesta-básica; e distribui a parte rica, o melhor, entre os amigos, instalados na grande mídia.

Em outras palavras, apesar de apagado e de cheirar mal com tantas denúncias de corrupção, o Governo não está morto e tem grandes trunfos na manga. Na verdade, num processo neoliberal não existe o presidente, ele é apenas capacho da oligarquia, da elite que manda de fato. Por isso, a disputa do PT não é com Fernando Henrique, mas com essa elite jurássica que está aí. E ela tem poder suficiente para reerguer um defunto como FHC, ou substituí-lo por outro qualquer.

Nesse quadro, não basta a oposição se animar com a atual crise do Governo. É preciso mais que animação: tem que ter estratégias de ocupação dos espaços populares e institucionais capazes de criar um grande movimento de massas que mobilize a sociedade para construção de novos patamares na disputa que se avizinha. Não podemos mais uma vez ser inocentes e acreditar que a grande mídia será capaz de agir com isenção e imparcialidade na cobertura jornalística de um processo que só lhe interessa se der um resultado: vitória deles. Por natureza, a grande mídia estará interessada em salvar o projeto neoliberal e os parceiros de sempre.

Cresce, nesse aspecto, a responsabilidade do partido e, em especial, do Setorial de Comunicação Comunitária. É sua tarefa urgente mobilizar e organizar os milhares de militantes que atuam nos veículos de comunicação comunitária, nos veículos convencionais, nas prefeituras e governos, para mostrar a diferença entre nós e a Direita. Por isso, propomos:

- A Realização dos encontros estaduais em setembro e o encontro nacional do Setorial em outubro, conforme calendário do partido;

- Realização de um Seminário específico para as administrações do PT sobre Comunicação Comunitária e estratégias da luta pela democratização da comunicação;

- A edição de uma revista impressa sobre o movimento da democratização, do FNDC<sup>1</sup>, das Rádios Comunitárias etc. que sistematize o conjunto de nossas lutas;

- Nos moldes do que temos na bancada na Câmara, a criação de um centro de produção radiofônica, capaz de distribuir notícias, entrevistas, debates, para uma rede de Rádios Comunitárias Cidadãs espalhadas pelo país;

- Inclusão das rádios e de uma política de Comunicação comunitária na estratégia do PT para as eleições de 2002;

- Provocar uma discussão com o partido e com a Fundação Perseu Abramo, com objetivo de que a Fundação se credencie para disputar concessões de Rádios e TVs Educativas ou Comerciais em todo o país;

- Propor à Direção Nacional que o Setorial possa participar da elaboração das políticas de comunicação do partido;

- Que o Setorial faça um levantamento criterioso dos veículos de comunicação das administrações petistas em todo país, avaliando suas gestões e conteúdos, disponibilizando as informações obtidas para o conjunto do partido, abrindo o debate sobre o tema.

**Fonte:** *Encontros Setoriais*. Caderno de Debates do Diretório Nacional do PT. Setembro de 2001, p. 19-20. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. Fórum Nacional pela Democratização na Comunicação – FNDC, criado em julho de 1991, como um movimento social empenhado na luta pela democratização das comunicações. A partir de 1995, tornou-se uma associação civil que congrega entidades associadas ao Fórum.(N.E.)

## t) MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE GUERRA – 2001

*Bernardo Kucinski<sup>1</sup>*

Nos seus 21 anos de existência, o PT só tem sido maltratado pela grande imprensa brasileira. Como um filho enjeitado de uma grande família senhorial, cresceu levando pancadas de todos os lados. Parece que um partido político de trabalhadores é dose demais para as nossas elites.

Esse padrão negativo de relacionamento delineou-se primeiro no massacre dos trabalhadores rurais pela Polícia Militar durante a greve em Leme, interior de São Paulo, ainda em 1986<sup>2</sup>.

A mídia deu ampla guarida à tentativa grosseira da Polícia Militar de atribuir a autoria dos tiros que mataram os boias-frias a deputados do PT, que ali estavam para se solidarizar com os grevistas. O mesmo conluio com a polícia se repetiria no episódio do sequestro de Abílio Diniz, em 1989, quando o governador Fleury obrigou os sequestradores a vestirem camisetas do PT; cinco anos depois, a mídia tentou envolver Lula no assassinio do presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos do ABC, Oswaldo Cruz<sup>3</sup>.

Nos três episódios, a mídia foi instrumento de acusações altamente infamantes e obviamente falsas contra o PT, às vésperas de uma eleição. O objetivo é claro: quebrar as perspectivas eleitorais do partido ou de Lula. Mais do que denotar um mero viés ideológico ou um alinhamento político, o que seria natural, a mídia tem servido de força auxiliar de uma estratégia de guerra das elites dominantes, na qual vale tudo para derrotar o PT. A derrota de Lula por Collor em 1989 foi resultado de uma manobra de mídia, que não hesitou em usar os recursos mais pusilânimes, da mentira e da difamação.

Mecanismos mais sutis de desinformação também foram se desenvolvendo com esse mesmo objetivo. Entre eles, ignorar ou não informar substantivamente sobre os programas, propostas e ações do PT ou das administrações por ele controladas. Não trabalhar com a informação é pré-requisito para desinformar e maltratar a imagem do PT. Para poder dizer e repetir que “o PT não tem propostas e só sabe criticar”, é preciso antes ignorar as propostas do PT. Não noticiá-las.

Assim se explica a percepção das lideranças do PT de que a mídia se constitui no Brasil em um dos principais bloqueios ao acesso do PT ao poder. E de que as vitórias do PT são conseguidas a despeito da mídia, contra a mídia, quando consegue neutralizar a mídia. A mídia, e não os partidos conservadores, tornou-se o adversário a ser vencido. Os esforços para montar frentes partidárias amplas em torno do PT, às vezes sacrificando em excesso princípios ideológicos, são motivados mais pela necessidade de somar tempo de TV gratuita na campanha eleitoral, para fazer frente ao antagonismo da mídia, do que por uma concepção determinada de governabilidade ou hegemonia do campo popular.

Pelos mesmos motivos, uma das barreiras mais fortes ao projeto político do PT é hoje o do desgaste da imagem de Lula, principal liderança do partido e

a que simboliza nossos compromissos com os trabalhadores e os excluídos da sociedade.

Foi grande e em parte irreversível o estrago na imagem de Lula após duas décadas de tratamento preconceituoso e desrespeitoso pelos meios de comunicação, de fotos escolhidas cuidadosamente para danificar, de frases retiradas de seus contextos, de injúrias e insinuações caluniosas.

Esse padrão de relacionamento diz muito sobre a natureza da própria mídia no Brasil, sua falta de pluralismo, sua cultura autoritária e promíscua, sua ética de “tirar vantagem”, sua tradição de “rabo preso” com o governo, por meio de favores fiscais, inclusive o grande favor de não pagar os atrasados do INSS<sup>4</sup>, da ordem de centenas de milhões de reais.

Temos uma categoria profissional de jornalistas, trabalhando em condições subdemocráticas e ela mesma vítima de uma cultura autoritária. E controlando-os, um patronato que tem como função histórica fazer a corretagem dos favores do Estado aos grandes grupos econômicos internacionais. Um patronato de mídia não só escravocrata em sua mentalidade, mas também testa de ferro de interesses estrangeiros na sua vinculação subordinativa de classe.

Mesmo apanhando o tempo todo, esse enjeitado chamado PT cresceu sem grandes sequelas e hoje, aos 21 anos, se constituiu em subpoder, em vários Estados e grandes prefeituras. Por isso e somente por isso, a mídia, viciada no poder, passou a moderar sua hostilidade. Descobriu que existe um “PT *light*”, ou “cor de rosa”. Certamente ignora menos o PT, informa um pouco mais. Mas estrategicamente ainda está de prontidão. Para servir de força auxiliar nos grandes e decisivos embates, entres os quais o maior é sempre o de eleição presidencial.

**Fonte:** Jornal *PT Notícias*, n. 100, ano V, 8 a 21 de fevereiro de 2001. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. Coordenador de comunicação do Instituto Cidadania e professor titular da ECA-USP.
2. Referência à greve de Leme, interior de São Paulo, iniciada em 27 de junho de 1986, na qual trabalhadores rurais reivindicavam melhorias nas condições de trabalho. Em 11 de julho de 1986, a Polícia Militar reprimiu o protesto e dois trabalhadores foram mortos. Na ocasião, a Polícia Militar declarou à imprensa que os tiros haviam sido disparados de um carro oficial da Assembleia Legislativa de São Paulo, onde estavam os deputados do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno e Djalma Bom. (N.E.)
3. Oswaldo Cruz Júnior, presidente do Sindicato dos Condutores Rodoviários, assassinado em 6 de janeiro de 1984. Apesar de identificado o assassino, teve sua morte vinculada à imagem de Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Partido dos Trabalhadores, por alguns veículos de comunicação. (N.E.)



4. Em novembro de 1998, o teto previdenciário sofreu um reajuste implementado pela emenda constitucional 20/1998, elevando-o de 1.081 reais e 50 centavos para 1.200 reais. Os segurados que recebiam o valor até 1998 não tiveram a correção do teto reajustado. Somente em julho de 2011 o Ministério da Previdência permitiu a revisão dos valores atrasados para os beneficiários que tiveram seu recebimento limitado. (N.E.)

## u) O BRASIL QUE QUEREMOS

### Comunicação

A ofensiva dos meios de comunicação comerciais contra o PT e o governo Lula, manifestada mais claramente na crise de 2005, nas eleições de 2006 e, mais recentemente, no episódio do acidente com o avião da TAM, é apenas a face mais visível (porque relativa a interesses políticos imediatos e palpáveis) do grande poder que possuem hoje os grupos empresariais que os controlam e da importância da mídia na disputa de hegemonia na sociedade, dado seu alcance na formação de valores e opiniões.

No plano global, as comunicações são hoje dominadas por poucos conglomerados transnacionais que atuam no processo de convergência tecnológica entre diversas plataformas (TV aberta, por cabo e satélite, rádio, imprensa, telecomunicações e internet), avançando sobre os sistemas de mídia de todo o mundo. Além do poder oriundo do domínio do fluxo internacional de informação, estes grupos veem na indústria da cultura um lucrativo mercado.

No caso do Brasil, o avanço destes grupos, representados pelas empresas de telecomunicações, convive com um sistema caracterizado pela concentração da propriedade em seis redes nacionais que detêm 80% de todas as emissoras de rádio e TV do país, meios que atingem mais de 90% dos lares brasileiros. Este quadro é resultado de um histórico de favorecimento por parte do Estado do projeto das elites, resultando em grandes grupos que comandam a produção de conteúdo em aliança com monopólios locais que detêm a retransmissão desta programação, além de outros meios, como rádio e jornais.

A primeira gestão do governo Lula iniciou importantes debates na área das comunicações. Mas se defrontou com a resistência de setores conservadores contra ações que alterassem o quadro do setor. Isso se refletiu em dificuldades para implementar medidas desta natureza. Para o segundo mandato, fica a herança de desafios fundamentais para democratizar as Comunicações no Brasil.

Com a reeleição de Lula, cabe ao PT, ao governo e às demais forças progressistas compreenderem o momento novo que se abre, priorizando esforços e recursos para que, também no campo das comunicações, o Brasil se torne uma sociedade mais justa e democrática. Este avanço, em específico, é fundamental para equilibrar os instrumentos de disputa ideológica em favor de um projeto de transformação da ainda persistente dívida social do país em detrimento do monopólio do projeto conservador expresso na grande mídia comercial.

Tarefa fundamental é garantir a existência dos sistemas estatal e público de comunicação. O primeiro deve servir como meio legítimo de difusão das informações de interesse dos três poderes que compõem o Estado, nos três níveis da Federação. Já o sistema público deve produzir conteúdos de finalidade educativa, cultural e artística e dar voz às expressões diversas da sociedade organizada, com autonomia e gestão participativa. O sistema privado, já consolidado na figura dos meios comerciais, deve ser alvo de efetivo controle contra o monopólio, a exemplo de outros países, e deve ser também alvo de políticas que introduzam reservas de programação independente e regionalizada.

O segundo mandato do presidente Lula já deu um passo importante nessa direção, iniciando a reconstrução de sistema público de rádio e TV, criando uma política própria para o setor e investindo recursos para que esse sistema tenha qualidade e alcance nacional. Para alcançar êxito neste empreendimento, um aspecto fundamental é permitir que a gestão seja efetivamente participativa, impedindo sua apropriação pelo mercado. Junto à rede de emissoras que já está sendo formada, encabeçadas pela TV Brasil, o sistema público de comunicação deve comportar também as outras emissoras do chamado campo público: as universitárias, comunitárias e legislativas. O processo nestas bases deve ser replicado no caso do rádio, cujo alcance como veículo comunitário é hoje o principal instrumento de promoção do direito à comunicação. Mas tal iniciativa, embora importante, contempla apenas parte do conjunto de ações que o PT julga essenciais para a efetiva democratização dos meios, do acesso e da produção de conteúdos.

Nesta medida, o PT propõe a imediata revisão dos mecanismos de outorga de canais de rádio e TV, concessões públicas que vêm sendo historicamente tratadas como propriedade absoluta por parte das emissoras de radiodifusão.

Esta atualização passa pelo cumprimento da Lei, haja vista a flagrante ilegalidade em diversas emissoras, por maior transparência e agilidade nos processos e pela criação de critérios e mecanismos para que a população possa avaliar e debater não somente a concessão, mas também a renovação de outorgas.

No combate ao quadro de “terra sem lei” do sistema de concessões, o PT deve se juntar à luta da sociedade organizada para concretizar os preceitos da Constituição Federal de 1988 que estabelecem a proibição do monopólio na mídia e definem como finalidade do conteúdo veicular a educação, a cultura e a arte nacionais. Para isso, acrescenta o texto da Constituição, devem ser promovidas a produção independente e regionalizada.

No campo da radiodifusão comunitária, o PT defende a adoção de uma política clara criando condições para que um número cada vez maior de localidades possam contar com essas emissoras, multiplicando os canais de expressão, potencializando a circulação das informações e fornecendo conteúdos não necessariamente ligados aos consensos midiáticos da imprensa monopolista. Esta política deve ampliar o número de frequência para estas emissoras, ampliar os limites de área e potência de alcance (hoje restritos a 1 Km de raio e 25 watts) e garantir seus meios de sustentabilidade financeira.

Para manter o caráter democrático e popular das rádios comunitárias, é preciso ainda criar instrumentos que coíbam a apropriação dessas emissoras por grupos políticos e religiosos locais – processo que reproduz a lógica dos grandes negócios da comunicação e que nosso governo, justamente por ausência de uma política mais consistente para o setor, não tem sido capaz de evitar.

No processo de implantação da TV digital, o PT defende a garantia de espaço para novos canais e o aproveitamento da tecnologia nacional no sistema. No caso do rádio digital, não deve haver qualquer definição sem uma avaliação séria das possibilidades tecnológicas disponíveis, calcada em critérios democraticamente debatidos, e que o modelo garanta o fortalecimento das emissoras públicas e comunitárias e o aproveitamento dos recursos técnicos para abertura de espaço para novos agentes neste meio.

Todas estas ações devem estar articuladas com uma ação efetiva do partido no cumprimento da principal tarefa apontada pelo programa setorial de governo de Comunicação e Democracia apresentado pela candidatura Lula: construir um novo marco institucional para as comunicações. Este processo de elaboração de novas normas para o setor deve responder aos problemas apresentados frente ao novo cenário da convergência de tecnologias, serviços e conteúdos na perspectiva de democratizar a mídia no Brasil.

Por fim, o PT apoia os movimentos que lutam para que estes e outros temas sejam debatidos numa ampla, democrática e participativa Conferência Nacional de Comunicação; construída a partir de etapas estaduais e regionais e que tenha como objetivo apontar diretrizes para as políticas do setor. O PT não medirá esforços para ajudar a mobilizar a sociedade em torno do assunto.

[..]

## PT: Concepção e funcionamento

### Comunicação

É fato que o PT se comunica mal consigo mesmo e com a sociedade. O PT tem que adotar medidas para a construção de uma política de comunicação de massas, capaz de enfrentar a mediação deformada imposta pela mídia.

O PT nunca desenvolveu uma política de comunicação capaz de estimular e disseminar o debate, unificar a ação, promover a troca de informações entre as instâncias partidárias e dar as diretrizes gerais para a disputa de projetos na sociedade. No plano externo, o PT não construiu seus próprios meios de comunicação nem se articulou de maneira efetiva com aqueles de caráter alternativo, ficando refém do contato com a sociedade por meio das grandes empresas da mídia comercial. Essa falta de articulação está na base de muitos dos problemas enfrentados pelo PT nos últimos anos.

Para que o PT seja realmente um partido democrático e militante, é preciso criar mecanismos internos de comunicação, como um jornal semanal voltado para a militância petista e para a militância da esquerda política e social. Cabe, também, dar prosseguimento às mudanças nas características da revista *Teoria e Debate*, para que ela possa servir efetivamente de instrumento para o debate político e cultural com a intelectualidade democrática e de esquerda.

Além disso, é necessário aproveitar as novas possibilidades tecnológicas para potencializar o Portal do PT na internet. Entre outras iniciativas, será criado o Sistema Nacional de Comunicação, instituída uma Política de Gestão da Informação que informatize todos os processos (filiações, contribuição financeira, apoio a prefeituras e vereadores etc.) e implantada a Rede PT Brasil, a “intranet” do PT, que interligará os diretórios nacional, estaduais, municipais e zonais.

Com base nas questões acima, e para debatê-las em profundidade, o 3º Congresso do PT convoca para este ano, em data e local a serem definidos pelo Diretório Nacional, a II Conferência Nacional de Comunicação do partido. A Conferência de-

verá discutir também as estratégias de comunicação para as eleições municipais de 2008, envolvendo nesse processo as instâncias diretamente ligadas ao tema, como diretórios locais, mandatários, possíveis candidatos e as secretarias nacionais de Organização e Assuntos Institucionais.

*Resoluções do 3º Congresso Partido dos Trabalhadores 2007*, p. 58-61 e p. 98. Disponível online: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Resolucoesdo3oCongressodoPT.pdf>>.